



Universidade Eduardo Mondlane



Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

**Título: Reassentamento: Um estudo sobre as percepções da apropriação
dos espaços habitacionais nas zonas de expansão no Distrito de Marracuene
(2000 – 2013)**

Autor: José Leonardo Fernando Nguenha

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção
do grau de licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Supervisora: Dra. Maria Judite Chipenembe

Maputo, Novembro de 2014

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Trabalho de Licenciatura em Sociologia

José Leonardo Fernando Nguenha

Reassentamento: Um estudo sobre as percepções da apropriação dos espaços habitacionais nas zonas de expansão no Distrito de Marracuene (2000 – 2013)

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Supervisora: Dra. Maria Judite Chipenembe

O Júri

O supervisor

O presidente

O oponente

Judite Chipenembe

Neto Sequeira

Baltazar Muianga

Maputo, Novembro de 2014

DECLARAÇÃO

Eu, José Leonardo Fernando Nguenha declaro por minha honra que este trabalho nunca foi apresentado anteriormente. Tudo o que nele se apresenta tem a sua originalidade e foi cautelosamente elaborado por mim na base de fontes consubstanciadas noutros trabalhos citados.

Maputo, Novembro de 2014

(José Leonardo Fernando Nguenha)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe Elisa Vasco Miguel Vaz e meu tio José Flor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha supervisora Dra. Maria Judite Chipenembe que se mostrou disposta em me apoiar na minha monografia e pelos incentivos que me prestou quando estivesse desesperado na realização da mesma. Em segundo lugar agradeço aos informantes (Daniel Macuacua, Pedro Ngovene, Dinis Maungue, Jorge Américo e Irmã Suzana) sem os quais não teria dados para a análise neste estudo. Muito obrigado pela vossa colaboração.

Os meus agradecimentos são extensivos aos meus colegas do curso de sociologia do ano 2009, em especial à Percilda Tomo, Eva Gagane, Bernardino Nhanombe, Beatriz Musserula e Judite Faz-tudo. De forma honrosa, dou graças aos membros do meu grupo de estudo que o atribuímos unanimemente o nome de “Grupo Nazo” cujos elementos são: Leonel Nhacudime; Rafael de Moraes; Dona Celestina; Sérgio Keita; Faustino Guiamba e Costantino N’solo. Agradeço também ao amigo Dr. Samuel Júnior pela sua contribuição durante a realização deste trabalho final do curso. A todos que me acompanharam directo ou indirectamente no processo da minha formação muito obrigado.

EPÍGRAFE

“Sabemos que, a casa própria é um sonho de todo o cidadão; que a formação de uma família está necessariamente vinculada ao acesso a um lugar para morar-habitação ou, pelo menos, terra infra estruturada”.

FFH (Fundo para o Fomento da Habitação, 2008: 2).

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS OU ACRÓNIMOS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ASB – Adjunto Secretário do Bairro

CCGC – Ministério Coordenador de Gestão de Calamidades

CFM – Caminhos de Ferro de Moçambique

CONFHIC - Organização que lida com os serviços de apoio social

CTGC – Conselho Técnico de Gestão de Calamidades

DINAPOT- Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial

DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento de Terra

FFH – Fundo para o Fomento da Habitação

MFR – Membro da Família Reassentada

GdM – Governo de Moçambique

INE – Instituto Nacional de Estatística

MICOA – Ministério para a Coordenação e Acção Ambiental

MOPH – Ministério das Obras Públicas e Habitação

M4 – Bairro Mumemo 4 de Outubro

M15 – Bairro Mumemo 15 de Agosto

OMM – Organização da Mulher Moçambicana

ONG's – Organizações Não Governamentais

PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta

SB – Secretário do Bairro

SI – Bairro Santa Isabel

Resumo

A presente monografia tem como objecto de estudo, as percepções da apropriação dos espaços habitacionais nas zonas de expansão. O argumento central consiste na ideia de que, os indivíduos reassentados podem ou não se apropriarem dos novos espaços habitacionais. Estes conjugam os ganhos económicos que obtêm para as suas famílias, o que por sua vez possibilitará a permanência ou regresso às antigas residências.

Os dados obtidos permitem afirmar que, os nossos entrevistados têm a percepção de que o reassentamento é um favor que eles alcançaram, mas que estava fora das suas expectativas e atribuem maior valor os novos espaços comparativamente aos antigos.

Em jeito de resposta da pergunta de partida, os dados obtidos durante o trabalho de campo permitem concluir que as percepções que os indivíduos têm sobre a apropriação dos espaços habitacionais nos três bairros de reassentamentos sediados em Marracuene variam de acordo com três elementos: a composição dos agregados familiares e a respectiva capacidade económica; as condições ecológicas do espaço e por último, a eficácia das redes de solidariedade no seio da vizinhança.

Palavras-chave: Reassentamento, Apropriação dos espaços habitacionais e Agregado familiar.

Abstract

This monograph has as subject, the perceptions of appropriation of living spaces in the expansion areas. The central argument seeks to defend the assertion that resettled individuals may or may not take possession of the new living spaces. They combine the economic benefits for their families, which will determine whether they stay or return to their former residences.

The data obtained show that our respondents have the perception that the resettlement is a benefit that they have achieved, but it was out of their expectations and they ascribe greater value to the new spaces as compared to the former.

As answer to the core issue, the data obtained during the field allow concluding that the perceptions that individuals have of appropriation of home spaces in three resettlement neighbourhoods based in Marracuene depends on three elements: the composition of households and their economic capacity; the ecological conditions of the spaces and finally, the effectiveness of the solidarity networks within the neighbourhoods.

Keywords: Resettlement, Appropriation of living spaces and Household

Índice

Declaração de Honra	II
Dedicatória	III
Agradecimentos.....	IV
Epígrafe	V
Lista de Siglas e abreviaturas.....	VI
Resumo.....	VII
Abstract.....	VIII
Introdução	11
Capítulo I	
1. Revisão da literatura	15
Capítulo II.....	25
Enquadramento Teórico.....	25
Enquadramento Conceptual	28
Metodologia	31
3. 3. 2. Descrição dos Bairros Envolvidos na Pesquisa	35
Capítulo III.....	41
Análise e interpretação dos dados.....	41
Capítulo IV.....	62
Considerações Finais	63
Bibliografia	64
ANEXOS	67

1. Introdução

O objectivo geral da pesquisa é de analisar as percepções sobre as formas pelas quais os indivíduos reassentados avaliam e apropriam-se dos novos espaços habitacionais de reassentamento. Para o alcance deste objectivo geral identificamos as percepções que as famílias reassentadas têm sobre o reassentamento; as mudanças e respectivas actividades levadas a cabo pelos agregados familiares nas novas zonas de reassentamento e por fim, analisamos as relações interfamiliares e de integração adoptadas pelas famílias nas novas zonas de reassentamento.

Este trabalho parte da constatação de algumas pesquisas que indicam a existência de episódios de cheias que se têm registado em Moçambique desde os finais do século XX e princípio do século XXI (Casal, 1996). Este fenómeno tem forçado as entidades governamentais, internacionais, organizações não-governamentais e outras a desenvolver estratégias de ajuda às populações afectadas. O processo de ajuda envolve a deslocação da população das zonas de risco para os centros de acolhimento onde têm aguardado pela atribuição de novos espaços de habitação denominados bairros de reassentamento.

Nesta base, a pesquisa teve como grupo alvo os indivíduos afectados pelas cheias do ano de 2000, e que lhes foram atribuídos novos espaços de habitação, pelo Estado, na província de Maputo. A ideia de trabalhar com este grupo surge da constatação de que, nos bairros de reassentamentos são alocadas as populações provenientes de diferentes bairros da cidade de Maputo. O facto de alguns desses bairros serem rotulados como lugares que apresentam elevadas taxas de criminalidades, faz com que os indivíduos afectados pelas cheias e recém-chegados desenvolvam estratégias de sobrevivência com os outros, tornando possível a existência de partilha na ocupação e apropriação dos novos espaços de habitação.

A pesquisa decorreu em três bairros de reassentamento localizados no distrito de Marracuene nomeadamente: Santa Isabel, 15 de Agosto, e 4 de Outubro (Mumemo).

A selecção dos três locais que constituíram o campo de pesquisa deveu-se ao facto de estes terem constituído os bairros onde foram reassentadas as famílias provenientes das zonas suburbanas da cidade e província de Maputo afectadas pelas cheias do ano 2000.

Durante a revisão da literatura, notamos que os estudos sobre o reassentamento são abordados numa perspectiva negativa, no que diz respeito a aderência das populações na ocupação dos espaços, multiplicando-se assim a criação de estereótipos que tendem a estigmatizar esses espaços. Segundo Guerra (1994), os bairros de reassentamento, para além dos espaços segregados e estigmatizados, lugares caracterizados por uma escassez de espaços de lazer e de sociabilidade, representam uma monofuncionalidade residencial, colocando-se longe dos centros económicos, sociais e culturais da cidade e carenciados de estruturas colectivas. Desse modo, pretendemos através deste estudo perceber a forma como a população dos bairros de reassentamento de Marracuene se apropriam dos espaços e vivenciam as suas relações.

Nas discussões sobre a apropriação dos espaços habitacionais pelos indivíduos reassentados, existe uma concordância de que a socialização dos grupos que vão habitar uma casa é um elemento fundamental no processo de avaliação e apropriação dos espaços habitacionais (Castro, 2003). Phillips (2007), por exemplo, constatou que a avaliação e a apropriação dos espaços de habitação podem ser modificadas bem como definidas de acordo com as práticas culturais de um grupo.

As abordagens dos autores acima apresentados identificam a cultura, como um factor determinante para a afirmação de um determinado grupo num dado espaço. Não obstante, a pertinência das respostas trazidas pelos autores neste trabalho defende-se a ideia de que a cultura por si só não responde as necessidades da comunidade no que concerne a sua sobrevivência. Por essa razão, torna-se relevante compreender e explicar as percepções que os indivíduos reassentados nos bairros do distrito de Marracuene no ano 2000 têm sobre a apropriação dos espaços habitacionais.

Os estudos sociológicos reflectem a criação dos bairros de reassentamento no âmbito das relações sociais: o significado da casa para os moradores; e o papel que o espaço de habitação

tem no seio familiar e no relacionamento com a vizinhança (Guerra, 1997). Deste modo, consideramos importante a análise das relações sociais entre os indivíduos e a sua relação com o espaço de habitação no contexto das famílias reassentadas no distrito de Marracuene, compreender as percepções que têm com os grupos afectados pelas cheias e ligar as relações sociais que estabelecem os significados que atribuem à sua habitação.

O facto de termos constatado durante a revisão da literatura, a escassez de estudos que abordam especificamente sobre a questão de reassentamento em Moçambique, fez com que tivéssemos em conta a pesquisa antropológica realizada por Yanez Casal (1996). Embora a sua análise sobre o impacto da implantação das famílias residentes nas aldeias comunais no modelo habitacional urbano seja relevante para perceber as dinâmicas do fenómeno habitação em Moçambique, interessa-nos nesta pesquisa identificar. *Que percepções os indivíduos reassentados têm sobre a apropriação dos novos espaços habitacionais, tendo em conta o custo de vida por estes enfrentado?*

O argumento central parte da ideia de que, os indivíduos reassentados podem ou não se apropriar dos novos espaços habitacionais. A conjugação dos rendimentos que sustentam a família possibilita a permanência ou regresso às antigas residências. A integração das famílias nos bairros de reassentamento consiste no processo de conhecimento e adopção de algumas práticas partilhadas pelas comunidades locais já existentes.

A apropriação ou não dos novos espaços habitacionais que é influenciada pela maneira como as famílias foram reassentadas e pela conjugação dos rendimentos das mesmas, constituem as variáveis fundamentais desta pesquisa.

Esta pesquisa é relevante porque permite analisarmos as dinâmicas sociais que permitem compreender as interacções entre os indivíduos reassentados e a forma como se apropriam dos espaços segregados e estigmatizados, tendo em conta as estratégias que os actores sociais desenvolvem para melhoria de seus espaços de habitação.

A pesquisa é de carácter qualitativo e teve como base teórica a Etnometodologia de Garfinkel. Através do uso dos métodos de abordagem (fenomenologia) e de procedimento (etnometodologia), recolhemos histórias de vidas com o auxílio de entrevistas semi-estruturadas que foram direccionadas aos membros ou chefes de agregados das famílias afectadas pelas cheias e aos secretários dos três bairros seleccionados para a pesquisa.

O trabalho está organizado em 4 capítulos. Fazem parte da introdução: (i) o tema, (ii) a formulação do problema, (iii) a hipótese, (iv) a justificação do tema, (v) os objectivos, (vi) a breve apresentação do enquadramento teórico e conceptual, (vii) breve apresentação da metodologia e a apresentação da estrutura do trabalho. Sem contar com a introdução, no primeiro capítulo temos a Revisão da Literatura, O segundo capítulo é referente ao quadro teórico, conceptual e a Metodologia. O terceiro capítulo apresenta a análise e interpretação dos dados e o quarto capítulo apresenta a conclusão.

Capítulo I

1. 1. Revisão da literatura

A revisão da literatura neste trabalho consistiu na apresentação de pesquisas e abordagens sobre o reassentamento da população no Brasil, em Portugal, em África e em Moçambique. Estas pesquisas têm como foco principal as populações carenciadas (como trabalhadores com baixos salários e grupos de ciganos imigrantes), e centram as suas análises em três, nas seguintes perspectivas: da Arquitectura (Bonduki, 1994; Cruz, 2003; Jenkins, 2011); Antropologia (Yanez Casal, 1996; Rodrigues, 1999; Phillips, 2007; Costa, 2011); e Sociologia (Castro, 1995; Guerra, 1997; Magano, Sd).

A primeira perspectiva que é da arquitectura, preocupa-se com as disfunções geradas pelos modelos do habitat, (edifícios ou urbanização) dos anos 60 e 70 (Guerra, 1997). Os arquitectos nessa altura, não tinham conhecimentos sobre as pessoas que iam habitar as casas modernas. Enquanto profissionais não desempenhavam a função pedagógica porque partiam do princípio de que nas construções de casas modernas para as pessoas, haverá necessidade de se procurar técnicos que não sejam arquitectos para ensinar as pessoas a habitar as casas (Ibidem).

Cruz (2003), na sua obra intitulada “*Construir a casa*”, fala de um estudo feito em Portugal sobre o reassentamento das famílias carenciadas, refere que a construção de casas foi feita pelos arquitectos sem tomar em consideração as preferências dos habitantes. A casa construída para a população baseou-se na reflexão do modo de vida urbano, em que os habitantes devem ser socializados para habitá-las.

A perspectiva da arquitectura defende a ideia de que, a construção da casa consiste no cruzamento de elementos diversos: o programa fornecido pelo cliente (Organização responsável pelo processo de reassentamento), terreno físico sobre o qual será edificada a obra de arquitectura e a sua própria matriz conceptual e cultural (Ibidem).

Bonduki (1994), na sua pesquisa sobre as “*Origens da habitação social no Brasil*”, analisa os processos que orientaram o Estado brasileiro a implementar políticas voltadas à construção de casas para os trabalhadores com baixos salários ou em situação de pobreza.

Nos anos entre 1920 a 1930, segundo este autor, a procura dos espaços de habitação era insustentável porque o Estado brasileiro não tinha capacidade de garantir condições de habitação para os trabalhadores. Face ao liberalismo dominante, o Estado encarregou o investimento na construção de casas para habitação ou arrendamento das mesmas aos trabalhadores ou imigrantes ao sector privado, por meio do código civil. A fixação dos alugueis da casa para habitação eram regidos por contrato particulares, entre o locador e o inquilino (Bonduki, 1994).

A decisão tomada pelo governo foi mais um fracasso por parte de alguns industriais, pelo que dominavam seus operários mantendo-os sob seu controle político, moral e ideológico, criando um mercado de trabalho cativo, apesar de algumas empresas industriais terem garantido melhores condições a seus trabalhadores, mas foram casos bastante reduzidos.

Os conflitos que se foram intensificando na sociedade brasileira, levou a intervenção do Estado na legitimação e ampliação de assentamentos habitacionais populares em novas zonas de expansão comercial para a população com baixos salários, o que provocou a superlotação das zonas periféricas e das favelas que passaram a ter problemas graves de saneamento e de transportes, mesmo assim a decisão constituiu-se uma mais-valia, na maximização de ganhos e minimização dos custos, correlação a altas rendas despendidas anteriormente em alugueis (Bonduki, 1994).

Contudo, Jenkins (2011), no seu estudo sobre a “*Urbanização na África subsaariana*”, defende que as cidades da África subsaarianas urbanizam-se dentro de um contexto de pobreza, diferentemente dos países da América latina e da Ásia. A partir de uma pesquisa realizada na zona de grande Maputo, identifica que as zonas semi-urbanas e peri-urbana são áreas não reconhecidas formalmente como urbanas em termos políticos e administrativos. A região de grande Maputo, que o autor considera ser uma zona metropolitana obedece a mesma lógica de não formalização. O autor avança a ideia de que as cidades moçambicanas têm um aspecto particular quando comparadas com as de outros países da África subsaariana, porque

elas são compostas por duas áreas duplas: áreas informais; e áreas de fraco planeamento e controlo do uso da terra pelo governo.

Este facto é também tratado pela Micoa e Dinapot (2006), numa pesquisa financiada pelas Nações Unidas sobre o melhoramento dos Assentamentos informais.

As estratégias de desenvolvimento adoptadas pelo Governo moçambicano, antes da promulgação da Lei sobre o Ordenamento Territorial, davam pouca importância ao desenvolvimento físico urbano. Somente em 2010 no cumprimento da Lei 19/2007, Decreto 23/2008 sobre o “*Ordenamento do território*”, é que o governo começou a implementar plano de desenvolvimento físico e urbano (Jenkins, 2011). Este plano tinha como ponto de partida a cidade de Maputo para os outros distritos.

Portanto, para o autor, as áreas residenciais são consideradas terra em uso registado quando estiverem registadas no cadastro da cidade (Ibidem). Uma vez que todas as áreas residências planificadas até 2009 não tinham nenhuma base legal, houve a necessidade de o Município criar planos como forma de regularização da terra e alocação dos títulos de propriedade.

A perspectiva da Arquitectura limita-se quando a sua abordagem baseia-se apenas na estrutura física da habitação, fazendo uma criação previamente definida da cultura dos indivíduos que vão ocupar a casa sem respeitar a liberdade de escolha e das preferências que os próprios habitantes têm em relação a casa.

Phillips (2007) faz uma análise crítica aos arquitectos, afirmando que, os arquitectos estão mais preocupados com a descrição da origem do tamanho, da forma de uma construção e das necessidades físicas da população. Pois, segundo este autor, não são as necessidades físicas que determinam a aparência da construção, do uso e das necessidades de uma habitação, mas sim é necessário ter-se em conta uma complexidade de outros factores, como por exemplo o próprio homem e a cultura a que pertencem.

A segunda perspectiva, antropológica, defende que as propostas de habitação podem ser analisadas como práticas culturais definidas pelas necessidades e práticas humanas que

tendem a ser modificadas de acordo com o conceito “*cultura*” de vida e a sua visão em relação a natureza. O uso prático da habitação baseia-se em três elementos: primeiro, o controle ambiental; segundo, a segurança da vida; terceiro, os materiais usados e preferidos (Ibidem).

O controlo ambiental - permite que as entidades responsáveis pelo assentamento das populações, no processo de escolha do espaço tornam fundamental o estudo e o conhecimento das condições do lugar quanto a fragilidade ou resistência aos riscos no período chuvoso.

A segurança da vida e da propriedade - tem a ver com a disponibilização do espaço de convívio, práticas religiosas às populações de acordo com os costumes e seus hábitos, que possibilitam a produção e reprodução da sua identidade cultural.

Os materiais usados e preferidos - está associado à capacidade que o Governo tem de disponibilizar infra-estruturas que tornam acessível a vida das populações no âmbito de criação de emprego que garante a sua sobrevivência.

A pesquisa feita por este autor aborda as diferentes funções que cada cultura faz em relação a uma habitação. Relativamente às culturas, o autor concebe os diferentes grupos religiosos, como agrupamentos culturais, cujos membros participam na função ou no significado que se atribui a uma habitação. Tomando como base um exemplo concreto apresentado por Phillips (Idem), na Índia a arquitectura é o método principal para expressar a ordem cósmica sobretudo na orientação das construções, estes buscaram legitimação pela adopção de uma deidade local à tribo, dando-se importância a construção de um palácio novo, próximo ao templo hindu.

Rodrigues (1999) fez uma pesquisa com o objectivo de compreender as transformações sociais em curso na cidade de Luanda simultaneamente com o processo de urbanização. A autora na sua obra intitulada, “*Recomposição Social e Urbanização em Luanda*”, defende que o tipo de redes de solidariedade privilegiada em Luanda baseia-se no parentesco, isto é, a família é que define os modos, estatutos sociais, e práticas que os grupos estabelecem no seu dia-a-dia no meio urbano.

As cidades africanas na sua génese sempre estiveram mergulhadas num processo de interacção de duas sociedades a designar: uma de carácter individual (moderno), com interesse materiais; e outra de carácter tradicional, dando primazia ao espírito comunitário (Ibidem).

A dicotomia referida pelo autor decorre num processo de manipulação de identidade das novas comunidades urbanizadas, face ao novo modelo de existência moderna acompanhada do fenómeno de globalização, que para as sociedades ocidentais implica a reformulação do antigo modo de vida tradicional. No caso particular das sociedades africanas o fenómeno é diferente, o modo de vida moderna ou urbana pressupõe a orientação de um determinado tipo de comportamento que visa satisfazer as necessidades que de acordo com as suas condições específicas tradicionais de existência não conseguem dar resposta.

Casal (1996), num estudo feito no contexto moçambicano, na obra intitulada “*Antropologia e Desenvolvimento*”, considera que cada sociedade desenvolve sua própria racionalidade inspirada na sua maneira de viver e de coexistir com a natureza e com as outras sociedades. Isto é, o grupo que ocupa um determinado espaço social participa na organização e criação de relações que reforçam a mudança da estrutura social de uma dada comunidade.

O habitat e a organização do espaço são conceitos que dependem dos mecanismos accionados pela estrutura de parentesco. O habitat como tal é o produto social que está carregado de significações simbólicas importantes numa sociedade, que garantem a produção e reprodução das necessidades políticas, económicas e culturais (Casal: 1996).

No que diz respeito ao reassentamento, Casal concentra-se nas aldeias comunais que o Governo da Frelimo depois da independência de Moçambique, estabeleceu um plano de assentamento das famílias residentes baseado no modelo espacial das aldeias comunais, para o modelo habitacional urbano. O modelo habitacional urbano tinha como base de distribuição do espaço para todos, as mesmas dimensões, no tamanho de 30m x 40m para as famílias nucleares, por onde devia concentrar os seus micro-espaços domésticos, tais como casas, anexos, latrinas, capoeiras, curais, espaços sagrados, sombras, cozinha, celeiros, canteiros dentro dos limites físicos do seu talhão.

O modelo habitacional urbano tornou-se uma oposição aos hábitos das famílias reassentadas, visto que essas famílias eram compostas por famílias alargadas, onde havia uma clara articulação activa entre a situação socioeconómica dos agregados familiares e a estrutura e funções do seu espaço habitacional. Por exemplo, Casal aponta que os residentes não estavam habituados ao uso de latrinas melhoradas nas aldeias, mas sim ao fecalismo a céu aberto. Deste modo as famílias por falta de hábito, quando quisessem fazer necessidades maiores iam às florestas.

Costa (2011), na sua obra “ *Processos de mobilidade e transformações urbanas em Maputo*”, procura compreender a forma como as famílias organizam as práticas sociais no desenvolvimento de estratégias que tornam possível a coesão social na família. No primeiro momento, a autora afirma que a configuração espacial em Maputo é acompanhada pelo próprio crescimento da população, com o evoluir das condições económicas das populações, estes por sua vez vão transformando o espaço onde eles ocupam; em segundo lugar, ela frisa que o bairro de cimento e o bairro de caniço são contínuo um do outro, são bairros tradicionalmente informais, para ela a família é uma construção circular, uma vez que para existir, os seus membros criam relações que possibilitam o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência e de reprodução social.

A maior parte das famílias que a autora entrevistou, são famílias alargadas, onde cada membro exerce alguma actividade cujo rendimento contribui para o sustento da família. No contexto cultural das famílias, as relações por elas desenvolvidas apresentam símbolos identitários, sendo que se os membros estiverem separados dificilmente as famílias podem se manter, e cada membro cumpre seu papel quando obedece as normas estabelecidas na sua tradição.

Esta perspectiva consegue distanciar-se da abordagem da arquitectura, quando analisa os espaços de habitação como um ambiente cultural que emite significados simbólicos. E traz dois aspectos importantes, nomeadamente, (i) de que tanto o espaço como o homem participam na criação de significados simbólicos que tendem a interagir na preservação do próprio ambiente natural onde estão inseridos; (ii) e os membros que fazem parte de uma família adoptam estratégias de sobrevivência e de reprodução social na base de suas relações quotidianas. Mas, esta perspectiva não analisa as estratégias que os diferentes grupos e com

diferentes culturas usam para quebrar as barreiras que dificultam a partilha da ocupação de um mesmo espaço de habitação.

Por último, trazemos a perspectiva sociológica. No que diz respeito a dificuldade que os sociólogos enfrentaram face à explicação que fazia com que os moradores não aderissem na apropriação dos espaços de reassentamento nos anos 60, fez com que a Sociologia tome emprestada abordagens da Psicologia Ambiental e da Análise Transaccional.

A abordagem da psicologia ambiental, parte da premissa segundo a qual a casa é um repositório de processos culturais e psicológicos fundamentais, onde se pretende averiguar os significados da casa para os moradores, o papel do alojamento na estruturação das relações familiares, ou o papel do alojamento no relacionamento com a vizinhança, etc. (Guerra, 1997). Esta concepção permite-nos sintetizar dois aspectos importantes a destacar: a satisfação residencial; e a relação entre o meio e o comportamento.

A abordagem da Análise Transaccional, a mais importante para a análise das formas de apropriação da habitação, baseia-se em dois pressupostos: por um lado, existe uma dissolúvel articulação entre as pessoas e o meio ambiente; por outro, as dimensões temporais são dimensões inerentes à apropriação da habitação (Ibidem).

Essa abordagem privilegia as dimensões de apropriação, enraizamento e identidade que resulta das formas de apropriação positiva da casa. A apropriação positiva é indispensável para o equilíbrio psicológico familiar e social.

No que diz respeito à satisfação residencial, são tomados em consideração dois modelos: o modelo conceptual básico e o modelo conceptual integrado. Esses modelos defendem que existe uma relação causal entre os atributos do meio ambiente e o comportamento do indivíduo, referenciando que a satisfação residencial depende da percepção e avaliação dos diferentes atributos do meio ambiente, tais como as características do alojamento, a limpeza, a segurança, características dos outros moradores. Para a ampliação do modelo, Weidemann e Anderson, introduziram-lhe a transaccionalidade pluridimensional e uma larga operacionalidade de modo a abranger a compreensão de múltiplas dimensões do fenómeno arquitectónica, técnica, política, económica, social, psicológica, cultural, etc.) (Guerra, 1997).

Guerra (1997), apoiando-se nos pressupostos de Jean-Francois Lager, postula que das concepções existentes no campo das ideias elaboradas na base das práticas, nenhuma delas foi capaz de produzir um método de ajuda na programação e concepção do espaço habitado suficientemente fecundo e operacional. E apresenta-nos os modos de vida como abordagem a ter em conta nas pesquisas sobre o alojamento, referenciando algumas categorias fundamentais como: a categoria profissional e a familiar.

Castro (1995), na sua pesquisa sobre os ciganos imigrados em Portugal, constata uma contradição no que concerne a certos costumes em transformação no seio de grupos ciganos. Pois, a ausência de comunicação entre os ciganos e não ciganos, e a resistência dos costumes não ciganos por meio de sua identidade étnica, faz parte da preservação de suas referências identitárias, que garantem a reprodução social de seus hábitos ou costumes.

A falta de comunicação entre os grupos de referências identitárias diversas se encontra actualmente num processo de mudança, de modo que estas mudanças fizeram surgir dois conceitos relacionados de dupla cultura: exclusão e inclusão social na emergência de novas identidades. Pelo que, os ciganos realojados no bairro da Malagueira (Portugal) criam relacionamentos sociais com os portugueses e procuram melhorar suas condições habitacionais, desenvolvendo redes de sociabilidade a vizinhos não ciganos.

À medida que o tempo de permanência no bairro da Malagueira foi passando os ciganos foram definindo seus territórios de apropriação, foram conhecendo as particularidades de determinados espaços e reconhecendo-os como “seus” (Castro, 1995). Enquanto os ciganos se apropriavam dos espaços públicos, acabavam dominando-os e também interiorizavam as regras implícitas da conveniência, correlação aos códigos de linguagem e de comportamentos.

Magano (Sd), no seu artigo intitulado “*Vivência Urbana nas Transformações identitárias*”, faz um estudo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa, onde foi confirmada a hipótese da existência de similitude entre os ciganos residentes em meios urbanos e meios rurais. E essa similitude reside na existência de uma

transposição do processo de socialização, associado ao mecanismo de evolução económica e social e a maior participação na vida pública e cívica, difundindo assim um sistema de valores, atitudes e comportamentos com características urbanas no meio rural.

O espaço de habitação constitui um espaço importante e básico para suportar a nossa acção social e relacionamento com os contextos físicos e sociais (Magano, Sd). É nesse sentido que o acesso a uma habitação é entendido como uma forma de integração de um indivíduo na sociedade a que faz parte. No entanto, uma habitação ganha um papel de estímulo social no nosso quotidiano, e dá a possibilidade de acesso ao conjunto de serviços e bens públicos que a sociedade organiza para se atingir o nível básico do bem-estar.

Na obra intitulada, “*Processos de Reprodução e Dinâmicas de Reprodução do Espaço Peri-Urbano em Maputo*” Jorge e Melo (2011), defendem que o crescimento das zonas de expansão surge num contexto político e económico no país em meados de 1980, com a abertura da economia do mercado, liberalização da actividade económica e do processo da democratização. Portanto, toma-se em consideração a existência de dois factores que influenciam as zonas de expansão: a emergência das agências internacionais e organizações da sociedade civil envolvidos em projectos pontuais, no caso do reassentamento das populações deslocadas pelas cheias de 2000, a qualificação de bairros da primeira cintura; e a pouca participação do Estado na disponibilização dos terrenos e criação de infra-estruturas básicas, edifícios, programas de fomento, a auto - construção e a concessão do crédito.

A crescente procura do espaço de habitação pela população com baixos recursos constitui um processo de segregação sócio espacial associado à exclusão da população de outros bens de que o país dispõe, sobretudo em zonas urbanas, relacionado com os seguintes factores: a distância espacial em relação ao centro e o local do trabalho; a falta de transportes públicos; e a falta de interligação entre outros grupos (Jorge e Melo, 2011).

As três perspectivas arroladas apresentam similitudes no que diz respeito ao foco do objecto em análise, e o uso de teorias para a explicação do fenómeno de apropriação do espaço de habitação. Enquanto a arquitectura se ocupa na configuração física, em relação ao

ordenamento territorial, sendo necessário que os indivíduos se adequem ao sistema moderno dos espaços habitacionais, a antropologia por seu turno, dá primazia a dimensão simbólica que os espaços apresentam. Nesta perspectiva, o homem é sujeito activo no processo de transformação do espaço, por um lado, por outro, tanto o meio quanto o homem contribuem no processo de construção de suas representações simbólicas na sociedade. A perspectiva sociológica faz um cruzamento de várias dimensões, que permitem a compreensão da maneira como as famílias se apropriam dos espaços habitacionais nos bairros de reassentamento tais como: arquitectónica, técnica, política, económica, social, psicológico, cultural etc.

Capítulo II

2. Enquadramento Teórico

Na presente pesquisa adoptamos como teoria de base a Etnometodologia. Segundo Coulon (1995), a Etnometodologia é uma perspectiva teórica que consiste na análise dos procedimentos que os indivíduos utilizam para por em prática as diferentes operações que realizam na vida quotidiana, tais como comunicar, tomar decisões e raciocinar. Os conceitos de estrutura da acção social, na perspectiva de Parsons; construção social da realidade e a socialização, ambos na perspectiva de Garfinkel foram relevantes para a construção do objecto desta pesquisa.

Entretanto, o uso do conceito de construção social da realidade tornou-se importante para referir que os indivíduos reassentados em Marracuene constroem o seu mundo no seu quotidiano através da criação de um modelo arquitectónico peculiar.

No que concerne ao conceito de estrutura da acção social, este, está relacionado com a questão de ordem exigida com base nas normas previamente definidas pelas instituições responsáveis pelo processo de reassentamento. Quando a ordem não se adequa com as preferências dos indivíduos, estes por sua vez optam pela adopção de acções semelhantes às esperadas pelas instituições, no processo da apropriação de seus espaços de habitação.

O conceito de socialização refere-se ao modo pelo qual os reassentados são transmitidos as regras de convivência nos bairros de reassentamento.

A Etnometodologia apresenta quatro métodos de estudo utilizado pelos indivíduos no seu dia-a-dia. Em primeiro lugar, esta teoria atribui maior importância aos actores sociais, práticas e suas realizações; em segundo lugar, os actores sociais não são simples objectos dominados por forças sociais retirando-lhes a capacidade de iniciativa e de criatividade; em terceiro lugar, a construção social da realidade é um dado que reside na consciência dos indivíduos que se

realiza por via da reflexividade; por último, a Etnometodologia é uma corrente da sociologia que lida com a interpretação da ordem social feita pelos membros de acordo com a situação que se pretende conhecer (Garfinkel, 1991).

Partimos do princípio de que as famílias reassentadas em Marracuene, aquando da sua chegada nos novos bairros procuram se informar e aprendem os hábitos, regras e costumes partilhados pelos grupos já estabelecidos no local por meio das interações que vão estabelecendo no seu dia-a-dia. O conhecimento das regras, costumes e hábitos locais, consiste num modo de integração dos indivíduos imigrados, pois este processo de integração não lhes retira a capacidade de produção e reprodução de suas identidades.

Garfinkel afirma que as características organizacionais e operacionais das acções dos indivíduos são determinadas em grande parte, por aquilo que as instituições de ajuda aos carenciados consideram como normal. E as pessoas correspondem os comportamentos, sentimentos e relações percebidos, e a normalidade percebida desses eventos (Garfinkel, 1991). Isto é, a continuidade da reprodução das estruturas sociais e a estabilidade ao longo do tempo deve-se à emergência de valores percebidos como normais, o que faz com que os seus membros procurem manter por meio de suas actividades de ajustamento.

O legado parsoniano de estrutura da acção social em relação a ordem é contraposto por Garfinkel, na sua tese sobre os jurados, quando afirma que as descrições, as realizações práticas e as categorias do senso comum figurarão daqui em diante, como os elementos capitais de qualquer procedimento sociológico que pretenda dar conta das formas básicas do relacionamento social (Garfinkel, 1991). Isto é, na existência de discrepância entre o esperado e o real acontecido, existe um restaurar do que é definido como típica, e provavelmente comparável.

Dessa forma, o modo que as famílias reassentadas em Marracuene devem erguer as suas habitações ou ampliá-las está previamente definido pelas organizações responsáveis pelo processo de reassentamento. Mas, quando os mecanismos estabelecidos pelas organizações não corresponderem às ambições individuais, estes por sua vez vão criar um modelo

arquitectónico que substitua o esperado pelas organizações, dando assim a continuidade de apropriação de seus espaços habitacionais.

No que concerne as concepções da linguagem e de conduta, afigura-se como uma das linhas de investigação que estabeleceu a celebridade da corrente Etnometodológica conhecida por, “*análise conversacional*”. Segundo afirma Garfinkel (1991), a análise conversacional é uma descrição e explicação das competências que os oradores utilizam, e nas quais se apoiam, quando participam de interações socialmente organizadas e estruturadas em função de um conjunto de expectativas orientadoras de comportamento. Isto é, a análise conversacional põe em consideração a identificação da ordem existente aos encontros sociais em causa, bem como aplicar-se ao estudo das regras e padronizações que se produzem e são levadas em conta nas conversas entre as diferentes pessoas.

Enquanto a sociologia institucionalizada naturaliza os processos sociais, na consideração da socialização como uma rua de sentido único, a Etnometodologia por meio da análise conversacional defende que a socialização é um processo social duplo, no qual a “*produção*” e a “*recepção*” são expressões que têm o mesmo significado. Para os etnometodologistas, a bidireccionalidade da socialização é variável, não pode ser entendida como uma mera cristalização de normas herdadas do passado, antes tem de ser lida como uma produção de actores sociais que a eles se impõe (Garfinkel, 1991).

O uso da socialização no nosso trabalho permitiu-nos compreender que o processo de interiorização das normas sociais transmitidas às famílias reassentadas por meio da socialização reforça a ideia de que, a ordem social afirma-se numa aceitação silenciosa de uma série de princípios elementares que facilitam a comunicação e o entendimento entre os membros de diferentes grupos sociais. Por outras palavras, a socialização aqui em causa, não se realiza na escola com os professores, mas sim nas interações quotidianas dos actores, como forma de manter a harmonia na comunidade.

A presente perspectiva teórica ajudou igualmente a compreender a forma como são estabelecidas as interações sociais entre as famílias, as mudanças, as actividades levadas a

cabo pelas famílias no seu dia-a-dia e as relações de integração adoptadas pelas mesmas no processo de apropriação dos espaços habitacionais nos bairros de reassentamento em Marracuene, apesar das dificuldades existentes na área dos transportes, educação e emprego.

2.2. Enquadramento Conceptual

De seguida apresentamos e definimos os conceitos que consideramos importantes na nossa pesquisa, nomeadamente: reassentamento, agregado familiar, apropriação do espaço e integração social.

2.3. Reassentamento

Para Dominguez & Baeninger (Sd), o reassentamento é a solução usada pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), com a colaboração dos governos e da sociedade civil, para realocar pessoas ou grupos de refugiados que correm risco de vida no país de origem. O reassentamento segundo este autor está relacionado com os indivíduos que emigram para os outros países em busca de asilo, uma vez que nos seus países de origem sofrem perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Os grupos reassentados num determinado espaço, encontram-se, deste modo, num processo de redefinir o seu papel e imagem na sociedade no que diz respeito a referência espacial (Castro, 1995).

Magano (Sd), define o reassentamento como sendo o papel de ancoragem social que é sustentado por uma parte essencial do nosso quotidiano e da possibilidade de acesso a um conjunto de serviços e bens públicos que a sociedade precisa para atingir os níveis básicos de bem-estar. Isto remete-nos afirmar que é da competência do governo disponibilizar meios básicos que tornam acessível a vida das populações nos bairros onde são alocadas.

O Plano de Reassentamento aprovado pelo CTGC em Moçambique refere que, o reassentamento deve observar as seguintes condições:

Edificar casas melhoradas; providenciar o acesso a água e saneamento básico, bem como os serviços de saúde e educação; assegurar a produção e produtividade agrícola; assegurar a assistência alimentar e nutricional; criar meios para geração de renda através da implantação de centros comunitários de recursos para a aquisição e divulgação de tecnologias, comércio, cursos de formação e diversificação de actividades profissionais; por fim, criar comités locais de gestão de risco para lidar com as calamidades naturais (Ctgc, 2009: 2).

Para a nossa pesquisa, consideramos pertinente a definição apresentada pelo MOPH (2013), segundo a qual reassentamento é entendido como a deslocação ou transferência da população que tenha perdido seus bens pelas enxurradas, de um ponto do território nacional para o outro, dando a necessidade de restauração ou criação de condições idênticas ou acima da do padrão de vida anterior. Esta definição é atinente a elaboração do regulamento que deve ser levado em consideração pelas entidades públicas ou privadas, efectuadas por pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, no processo de reassentamento às famílias afectadas com vista a promover a qualidade de vida dos cidadãos e a protecção do ambiente. Entretanto, pode-se traduzir, de acordo com a definição, que reassentamento equivale a dar um ponto de partida de sobrevivência às famílias afectadas por diversas situações que causaram a perda de seus bens.

2.3.1 Agregado familiar

Sarraceno (2008), define agregado familiar como o lugar privilegiado da construção social da realidade a partir da construção social dos acontecimentos e relações aparentemente mais naturais. A família assume-se como o espaço histórico e simbólico, a partir do qual se desenvolve a divisão do trabalho, definição de papéis, competências, valores, os destinos pessoais de homens e mulheres e as devidas responsabilidades.

A complexidade das famílias dos bairros de reassentamento surge na razão das crises económicas enfrentadas pelos membros das famílias, sendo por essa via que cada membro da família desenvolve uma actividade de modo a participar com a sua contribuição para o sustento nas actividades a desempenhar.

Segundo Dias (2000), a estrutura das famílias encontra-se alimentada pelo estado de dependência económica e de tantas outras variáveis que concorrem para a reprodução e coesão social dos membros. À medida que os membros das famílias vão ganhando uma estabilidade económica, a tendência dos membros é de distanciar-se uns dos outros, dando assim origem a comportamentos individualistas que cada um tende a avaliar a sua própria reacção em torno do seu próprio significado simbólico.

Agregado familiar é um conceito que sintetiza um conjunto de tipologias (família nuclear, simples, complexa, alargada, e múltipla) das famílias existentes em cada contexto (Wall, 2005).

No uso desse conceito, Verdon considera importante denominar família por agregado familiar, que define como sendo “um conjunto de pessoas unidas por critérios locacionais (dormem sob o mesmo tecto), que poderão ou não unir-se por critérios funcionais, em termos de partilha do orçamento doméstico, sociabilidades conjuntas, comensalidade, etc.” (*apud* Wall, 2005: 260). Consideramos adequado aplicar o conceito de Verdon, pelo facto de a maioria das famílias reassentadas em Marracuene caracterizar-se pela co-residência de vários indivíduos debaixo do mesmo tecto, que se compõem por uma estrutura de parentesco ou famílias alargadas.

As famílias reassentadas em Marracuene estiveram desorientadas porque perderam os seus bens com as cheias de 2000. E ao passar do tempo conquistaram novas oportunidades e capacidades para suprir as suas necessidades básicas.

2.3.2. Apropriação do espaço

Segundo Guerra (1997), a apropriação do espaço não possui uma definição linear, mas num sentido lato define-se como um processo de uso funcional e instrumental do alojamento que cobre um domínio diversificado das práticas culturais, simbólicas e afectivas. A apropriação do espaço está associada, ao significado que os indivíduos reassentados em Marracuene atribuem ao espaço na própria estrutura e dos modos de vida; forma como as famílias reassentadas ocupam e se apropriam do espaço de habitação; e os factores que garantem a satisfação residencial.

Castro (1995), define apropriação do espaço como sendo, a possibilidade de redefinição do seu papel e imagem na sociedade enquanto referência espacial, procurando melhorar as suas condições habitacionais e processos decorativos da própria casa, como uma apropriação mais personalizada de determinados traços identitários em relação ao modelo de habitar. Isto é, a apropriação do espaço não passa de um processo de incrementação de redes de sociabilidades com a vizinhança que os grupos vão mantendo no local de chegada por via de interações sociais, e consideração desses espaços como seus, contribuindo na transformação da configuração física de suas próprias casas.

2.2.4. Integração social

Fontes (2010) define integração social como sendo um processo que abrange dois modelos de actuação distintos, nomeadamente: o modelo da acomodação e o modelo da assimilação. Para este autor, o modelo da acomodação consiste no processo que procura co-habitar numa única sociedade as duas culturas em questão, a de origem e a de acolhimento; e o modelo da assimilação consiste numa escolha cultural onde o imigrante é levado a adoptar a cultura praticada no local de acolhimento em detrimento da sua cultura de origem.

O domínio da integração constitui uma das dimensões do problema da ordem na medida em que envolve os modos de padronização da vida social no âmbito das articulações problemáticas entre as “*partes*” e o “*todo*” (Pires, 1999). Isto é, no âmbito da sociologia o conceito é usado no sentido micro, para demonstrar o modo como os actores são incorporados num espaço social comum. Esta abordagem corrobora com a ideia trazida por Fontes (2010), quando afirma-se que os indivíduos que imigram num determinado contexto adoptam um comportamento aceite nesse meio.

Na perspectiva acima, Durkheim aborda a questão de integração social como fenómeno ligado ao problema da desordem psicológica dos diferentes grupos. E define-a como sendo o processo de partilha de crenças e valores entre os membros de um grupo, e quanto mais frequente e intensamente eles interagem, maior será o grau de *solidariedade social* desse grupo (Brym, et al., 2006). A concepção de Durkheim sobre o conceito em causa, baseia-se na sua pesquisa sobre o suicídio, onde os dados permitiram argumentar a ideia de que quanto

mais os indivíduos estiverem integrados ao grupo menos probabilidade haverá de cometer o suicídio se alguma adversidade se abater sobre eles.

Magano (2008: 3), define integração social como sendo “um processo de participação dos indivíduos na Sociedade pela actividade profissional, aprendizagem das normas, consumo material, adopção dos comportamentos familiares e culturais, as trocas e a participação nas instituições comuns”. A concepção da autora remete-nos a ideia de que nem todos se conformam com as normas assentes numa determinada sociedade, mas a questão do processo de integração permite ao indivíduo tomar em consideração as estratégias de aquisição do “*eu*” como forma de ajustamento aos outros.

As definições acima apresentadas foram cruciais na análise do caso das famílias reassentadas em Marracuene, pois há convergência na discussão do conceito, embora haja diferença na terminologia, toda a mudança de um espaço para o outro pressupõe a integração social dos imigrantes, e o modo como os indivíduos vão se integrar o meio é que define. Todavia, avançamos a ideia de que em Marracuene foram reassentadas as famílias provenientes de diferentes contextos da cidade de Maputo e cada família têm seus hábitos, valores e costumes.

3. Metodologia

Na presente secção apresentamos a metodologia, onde empregamos os seguintes métodos: abordagem qualitativa; método de abordagem (Fenomenológico), método de procedimento (Monográfico) e técnicas de recolha de dados (Histórias de vidas com o auxílio das entrevistas semi-estruturadas).

Para a recolha de dados optamos pela abordagem qualitativa, uma vez que ela permite compreender as percepções e significados que os indivíduos reassentados atribuem aos espaços de habitação.

3.1. Método de abordagem

Relativamente ao método de abordagem, optamos pelo uso do método fenomenológico, por ser um método que lida com a realidade que os indivíduos constroem no seu quotidiano. A fenomenologia é uma corrente de pensamento que procura compreender os significados que os indivíduos constroem em torno de uma situação concreta num determinado espaço (Berger e Luckmann, 1985).

Para a realização do nosso estudo, o método permitiu-nos compreender a realidade vivenciada pelos reassentados no seu dia-a-dia, em relação ao modo que as famílias se apropriam dos espaços de habitação atribuídos nos bairros de reassentamento.

3.2. Método de procedimento

Para prosseguirmos com a nossa pesquisa, pautamos pelo método monográfico ou estudo de caso. O método monográfico permite fazer um estudo de representações particulares de casos num sentido aprofundado, dando a necessidade de inferir contextualização do seu conhecimento. Marconi e Lakatos (2003) afirmam que o método monográfico é um estudo que pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes, esses casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidades, etc. Eles partem do princípio que o método monográfico consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações.

O método monográfico permitiu-nos analisar os procedimentos que as famílias reassentadas em Marracuene utilizam para levar a termo as diferentes actividades que realizam na sua vida quotidiana, tais como: comunicar-se, tomar decisões e raciocinar. Por seu turno, este método pode, também, em vez de se concentrar num aspecto, abranger o conjunto das actividades de um grupo social particular e procurar compreender o significado do sistema próprio dos entrevistados (Ibidem). O estudo monográfico reúne maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objectivo de apreender a totalidade de uma situação, descrever a complexidade de um caso e possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística (Goldenberg, 2004).

3.3 Técnicas de recolha de dados

Para a realização da recolha de dados na nossa pesquisa, usamos como técnica as *histórias de vidas*, com o predomínio das entrevistas semi-estruturadas feitas individualmente. As entrevistas semi-estruturadas é um processo de interacção entre duas pessoas, que permite a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (Selltiz, 1967: 273).

A *história de vida* corresponde a uma estratégia de compreensão da realidade, cuja principal função é retratar as experiências vivenciadas, bem como as definições fornecidas por pessoas, grupos ou organizações (Minayo, 2002). Isto é, a história de vida, permitiu perceber o significado que as famílias atribuem os seus espaços de habitação nos bairros de reassentamento. Por outras palavras, a história de vida, é a técnica que tornou possível a interpretação e reinterpretação das acções quotidianas das famílias nos bairros de reassentamento, para melhor compreender os significados e os valores que as famílias fazem de seus espaços habitacionais.

Relativamente a história de vida como técnica, não se preocupa tanto com a quantidade dos informantes a serem entrevistados, mas sim a compreensão que as famílias têm da realidade e das experiências por elas vivenciadas no mundo onde se encontram inseridas. Deste modo, trabalhamos com 9 informantes, que contribuíram abundantemente para o fornecimento de dados que consideramos pertinentes para a nossa pesquisa. Isto é, contamos com a participação de três informantes em cada bairro, incluindo os secretários dos Bairros.

As entrevistas foram realizadas em casa e outras no local de trabalho dos reassentados em Janeiro e Fevereiro de 2014. Elas foram todas gravadas com o consentimento de cada entrevistado e com o prévio esclarecimento da sua finalidade.

A gravação das entrevistas tinha como objectivo a recapitulação da informação durante o processo da análise de dados. Para além de serem gravadas, foram também transcritas em cada guião de entrevista com o auxílio do bloco de notas. Uma vez que se trata de histórias de vida

dos entrevistados, a informação obtida relacionada com as interacções, significados, valores, hábitos, costumes e motivações era demasiada.

3.3. 1 Grupo Alvo

A pesquisa teve como objecto de estudo as relações, representações, significados, valores e transformações sociais e físicas ocorridas nesses bairros, num período de 13 anos, isto é, de 2000 a 2013. É importante referir que, o grupo alvo abrangeu indivíduos de uma faixa etária que varia de 30 aos 70 anos de idade. Pois, os jovens que actualmente possuem 30 anos de idade, já haviam ingressado no ciclo escolar no período das cheias do ano 2000, e acreditamos que eles podem ter uma ideia sobre as dificuldades enfrentadas e as mudanças ocorridas nos bairros onde foram reassentados.

As entrevistas por nós realizadas contaram com 9 informantes, dos quais 5 são do sexo masculino e 4 são do sexo feminino. Para o acesso aos informantes, recorreremos aos secretários de cada bairro (Santa Isabel, 15 de Agosto e 4 de Outubro), que nos conduziram à casa de cada entrevistado onde decorreram as entrevistas, apenas um informante foi entrevistado no seu local de trabalho.

3. 3. 2. Descrição dos Bairros Envolvidos na Pesquisa

Nesta secção apresentamos as características do local de pesquisa, o nosso campo em estudo com base nas entrevistas feitas aos secretários dos três Bairros (S.B): Santa Isabel (Malí) – S.B. Bila; 15 de Agosto – S.B. Macuacua; e 4 de Outubro (Mumemo) localizados no distrito de Marracuene.

O bairro Santa Isabel (Mali) é limitado a Norte pelo bairro de Pazmane, a Sul pela Cidade da Matola, a Oeste pelo Distrito de Moamba e a Este pelo bairro de Kumbeza. Veja o mapa em anexo.

Na área onde as famílias estão reassentadas, no bairro Santa Isabel, as casas estão organizadas em 27 blocos, onde cada bloco tem 16 casas, e tem 13 quarteirões. Segundo informação da

secretária deste Bairro (2014), em cada 16 casas correspondente a 1 bloco, e em cada bloco encontram-se 80 agregados estimando-se que cada família possua 5 membros.

O reassentamento das populações afectadas pelas cheias do ano 2000 na Cidade de Maputo e outros pontos de Maputo Província influenciou grande parte da população jovem, adultos e de diversos estratos sociais a engajarem-se na procura de espaços para a construção de suas habitações nesse bairro (Santa Isabel).

A área onde as famílias estão reassentadas apresenta um planeamento físico, mas alguns beneficiários dos espaços ainda não possuem os documentos formais sobre o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) ou o Título de Propriedade do uso do espaço por eles ocupado. Para a aquisição do título de propriedade, as famílias devem preencher algum formulário que se adquire no Círculo local de cada bairro com o respectivo secretário, que posteriormente será levado para a Administração Municipal do distrito de Marracuene para o seu requerimento.

No bairro podemos notar a existência de infra-estruturas que visam responder as necessidades da população, nomeadamente:

Uma estrada de terra planada, por onde passam os transportes de passageiros que fazem o percurso “Santa Isabel - Zimpeto”.

Uma escola primária completa que lecciona da 1ª a 7ª classe.

Um hospital que iniciou com o atendimento dos doentes em 2005, e há uma previsão de introdução do atendimento de partos no ano de 2014.

Rede de distribuição de energia para as residências.

Sistema de fornecimento de água para o consumo das famílias que é feito pelos privados, a água canalizada.

Um posto policial onde só opera um agente policial da PRM, que trabalha das 7 horas às 17 horas. Contudo, nos períodos nocturnos há um grupo de jovens denominados de polícia comunitária escolhidos pelos residentes para fazer patrulha, contribuindo assim para a segurança e protecção da população.

Em relação as habitações notamos a existência de marcas simbólicas e identitárias que cada família faz da sua habitação. É notório que o tipo de habitação que muitas famílias reassentadas hoje possuem ultrapassa o tipo de habitação que lhes foi atribuída no âmbito do

reassentamento. O tempo tornou-se um elemento importante para que cada família de acordo com as suas economias contribuísse na produção arquitectónica de uma habitação mais melhorada, de acordo com as suas aspirações.

Segundo o mapa (veja anexo 1), o **Bairro 15 de Agosto** faz limite a Norte com o bairro 4 de Outubro, a Sul pelo bairro de Mumemo 1, a Oeste bairro Santa Isabel (Malí), e a Este pela estrada Nacional nº 1.

Segundo os dados obtidos no secretário deste bairro (2014), 15 de Agosto ganha esse nome, com a chegada das famílias afectadas pelas cheias nos diferentes bairros da Cidade de Maputo no ano 2000. Neste bairro foram acolhidas 300 famílias.

Quanto a organização encontramos 55 blocos. As estruturas do bairro são: O secretário do bairro; secretária adjunta; a OMM; secretário de habitação; chefes dos blocos e seus adjuntos e os chefes dos quarteirões (Ibidem).

Em relação às vias de comunicação, o bairro tem uma estrada de terra planada que liga a estrada nacional nº1, no Magawanine. É essa estrada que até o período da presente pesquisa, permite a circulação de transportes que fazem o percurso 15 de Agosto - Zimpeto no dia-a-dia das famílias.

O reassentamento das famílias afectadas pelas cheias no bairro 15 de Agosto foi feito pelo Governo da Cidade de Maputo. A forma como o bairro se desenvolve não difere tanto do bairro Santa Isabel. A semelhança aqui referida baseia-se na disposição das infra-estruturas que tende a resolver as necessidades da população, tais como:

Uma Escola Primária e Completa do Primeiro e Segundo Grau que lecciona da primeira (1ª) à sétima (7ª) classe. As crianças têm enfrentado grandes problemas de continuar com os estudos quando transitam da sétima para as classes posteriores, por não haver uma Escola Secundária no bairro, o que faz com que as crianças percorram longas distâncias quando terminam a sétima classe, de modo a frequentarem escolas localizadas em zonas distantes do bairro.

O bairro ainda não tem unidade sanitária, quando precisarem dos cuidados médicos as famílias recorrem ao hospital do bairro 4 de Outubro, ou ao hospital que se encontra na vila de Marracuene. Todavia, o bairro tem uma farmácia onde são vendidos vários medicamentos para os pacientes.

O bairro beneficia da rede eléctrica desde 2006, sendo este período que as famílias passaram a desfrutar da luz para iluminar suas casas e para outros fins (Ibidem).

Após o reassentamento das famílias os agentes privados tiveram um papel importante no fornecimento da água no bairro, no princípio foi água da fonte, e posteriormente água canalizada para o consumo (Ibidem).

As famílias reassentadas têm transformado as casas precárias doadas pelo governo em casas melhoradas. Nota-se também a construção de barracas para o desenvolvimento de negócios, como estratégia de maximização de suas rendas para garantir ou reforçar a base de sobrevivência do agregado familiar.

O bairro Mumemo 4 de Outubro localiza-se a Norte pelo bairro Pazmane; a Sul pelo bairro Ricatla e estrada Nacional nº1; a Oeste pelo bairro Kumbeza, e a Este pelo bairro Pussulane e bairro Mapulanguine. Veja o mapa em anexo1.

Segundo Marques (2013), o espaço de reassentamento concedido às irmãs da Igreja Católica para o reassentamento das famílias afectadas pelas cheias no ano 2000 foi de 30.000 hectares para albergar 1777 famílias.

O bairro em que as famílias estão reassentadas está organizado em blocos e quarteirões. A estrutura do bairro de Mumemo 4 de Outubro compreende: secretária do Bairro, secretário adjunto, chefe de habitação, chefe de quarteirão, e chefe de 15 casas.

No que concerne as vias de acesso, o bairro tem uma estrada de terra planada que liga a estrada nacional nº 1, Avenida de Moçambique.

À semelhança dos outros bairros, o fornecimento de água para o consumo é garantido pelos privados, água canalizada, pois grande parte das famílias reassentadas possuem uma torneira dentro do seu quintal.

O bairro possui um centro hospitalar, denominado `` Centro de Saúde Mãe Clara ``, que o seu funcionamento é garantido por um acordo conjunto entre a CONFHIC (uma Organização que lida com os serviços de apoio social) e o Ministério da Saúde.

O processo de instalação de energia neste bairro contemplou quase todas as casas das famílias reassentadas e as respectivas ruas. A título de exemplo, podemos notar nos postes que partem da Avenida de Moçambique até a terminal deste bairro que tem iluminação.

O bairro conta com um jardim infantil, denominado “Jardim de infância Madre Maria Clara” patrocinado pelas Missionárias da Igreja Católica, cujo jardim tem 3 salas para a educação, um refeitório, instalações sanitárias (Marques, 2013).

No que diz respeito a área comercial, o bairro tem um mercado melhorado vedado com bloco e grades cujo nome é “ Mercado da Hospitalidade “. Algumas famílias foram atribuídas uma banca para desenvolver suas actividades comerciais. Mas, o mercado está quase que abandonado, visto que as famílias preferem expor seus produtos nas ruas, e outras na porta do quintal, alegando que o mercado está escondido e ninguém aparece para comprar.

O bairro tem três escolas, distribuídos da seguinte forma: a primeira é Escola Primária completa 12 de Outubro, que lecciona da 1ª primeira a 7ª classe; a segunda é Escola Profissional S. Francisco de Assis, onde ensinam os seguintes cursos de formação profissional: Hotelaria, agro-pecuária, Mecânica, Engenharia e costura e a terceira é Escola Secundaria Mãe Clara, que lecciona de 8ª à 11ª Classe. O Ministério da Educação é responsável pela contratação de docentes e o pagamento de seus salários tendo em conta o acordo assinado entre as partes.

No que concerne a habitação, cada família reassentada no bairro de Mumemo 4 de Outubro, foi atribuída uma casa de alvenaria do tipo 2 (dois quartos e sala) construída na parte frontal do terreno, e no fundo do terreno foi construída uma casa de banho também de alvenaria. Por conseguinte, segundo afirma Marques (2013), as famílias são livres de aumentar a casa com o andar do tempo, quando assim as suas economias permitirem, mas obedecendo algumas regras estabelecidas.

Em torno das descrições dos bairros acima, nota-se uma grande diferença, no que diz respeito a habitação, rede sanitária, educação e rede eléctrica. No bairro Santa Isabel e 15 de Agosto ainda há um grande número de casas precárias, não têm escolas secundárias e as ruas não são electrificadas enquanto no bairro Mumemo 4 de Outubro quase todas casas são melhoradas (casas de alvenaria) e todas as ruas têm iluminação pública, tem Escola Secundária e unidade sanitária que fornece serviços de saúde à população do bairro 15 de Agosto, uma vez que este (bairro 15 de Agosto) não tem centro de saúde.

3.3.3 Dificuldades encontradas na pesquisa

No decurso da recolha de dados, houve dificuldades tanto para o pesquisador quanto para os entrevistados. A recolha de dados aconteceu num período chuvoso, as vias que dão acesso aos bairros de reassentamento estavam inundadas, encontrando-se numa situação precária para se transitar.

Para encontrar as famílias reassentadas tivemos que recorrer aos secretários dos bairros e o primeiro contacto que tivemos com eles, pensavam que fôssemos agentes do Governo. Assim, tendo sido necessário exhibir a credencial e esclarecer com clareza a finalidade do trabalho.

Quanto aos encontros com os entrevistados deparamo-nos com as seguintes dificuldades: os secretários dos bairros convocavam os chefes de famílias para o círculo, e eles ficavam aglomerados, o que levou com que houvesse dificuldades nas entrevistas. Mas, não deixamos de colher algumas informações relacionadas com o tema, e as colectas de dados subsequentes foram realizadas nas casas das famílias reassentadas e no local de trabalho próximo das suas residências.

Capítulo III

4. Análise e interpretação dos dados

O presente capítulo centra-se na apresentação, análise e interpretação de dados obtidos durante o trabalho de campo. Para o efeito, apresentamos: o perfil social dos entrevistados que residem em Marracuene; as percepções sobre a avaliação e apropriação dos espaços habitacionais de reassentamento; as percepções que os entrevistados têm sobre o reassentamento; as mudanças e actividades levadas a cabo pelos agregados familiares nas zonas de reassentamentos; e por fim as relações interfamiliares e de integração adoptadas pelas famílias nas zonas de reassentamentos.

4.1. PERFIL SOCIAL DOS ENTREVISTADOS

Nesta secção apresentamos o perfil social dos indivíduos entrevistados, num conjunto de 4 informantes, tomando em conta a situação histórica das famílias nos primeiros assentamentos, na cidade de Maputo, o processo de mudança das famílias afectadas nas zonas de riscos, até os novos bairros onde as famílias se encontram reassentadas. Em relação ao nome que atribuímos a cada caso (informante), consideramos importante o uso de siglas, representadas da seguinte forma: MFR (Membro da família reassentada), M4 (Mumemo 4 de Outubro), M15 (Mumemo 15 de Agosto) e S.I (Santa Isabel), S.B (Secretário/a do Bairro), A.S.B (Adjunto Secretário/a do Bairro).

Caso 1. *MFR (M4 -*

Trata-se de um indivíduo do sexo masculino, de 50 anos de idade, membro da Igreja Metodista Unida de Moçambique que vive em união de facto com a sua esposa. O seu agregado familiar é composto por 6 membros. A sua antiga residência estava no bairro do Chamanculo onde vivia numa casa de aluguer. Era uma casa de madeira e zinco, do tipo 1e localizado num quintal co-habitado por cerca de 10 famílias, onde todos partilhávamos a mesma latrina. “...Com a chuva que caiu nos dias 5 e 6 de Fevereiro do ano 2000, a água

invadiu a minha casa que ficou toda inundada e grande parte dos bens foram arrastados com a água. Senti-me consolado quando as irmãs da igreja católica se aproximaram e nos acolheram no convento de São José de Lhanguene, onde também fui alimentado junto com a minha família e outras famílias afectadas no bairro. Também fiquei mais satisfeito, quando as irmãs propuseram-nos a iniciativa de reassentar todas as famílias afectadas, pelo que fomos deslocados para o bairro de Mumemo no dia 4 de Outubro de 2000, onde foram esticadas as tendas, para as famílias usarem de abrigo, enquanto decorria a construção das habitações, de dois quartos e uma sala, incluindo uma latrina melhorada para cada família em Marracuene...”

Caso 2. *MFR (SI)* -

Trata-se também de indivíduo do sexo masculino, de 56 anos de idade. – É casado, e frequenta a Igreja Evangélica Assembleia de Deus. O seu agregado familiar é composto por 6 membros, dos quais fazem parte três filhos e sua sogra. Muito antes do reassentamento vivia no bairro de Hulene, numa casa própria melhorada, com um quarto e uma sala, incluindo uma latrina precária. “... Com a chuva que caiu no ano de 2000 em todo o país, inundou o bairro de Hulene atingindo assim a minha casa, tendo arrastado quase todos os bens que a casa tinha, consegui recuperar apenas as estufadas. Agradeço o esforço feito pelo Governo, na iniciativa de reassentar todas as famílias afectadas no processo do reassentamento. Fui nomeado responsável pela distribuição dos alimentos às famílias afectadas, primeiramente fomos acolhidos na Escola Primaria e Completa Força do povo em Hulene e posteriormente deslocados para o Bairro de Santa Isabel no dia 28 de Julho de 2000, acolhidos na Escola Primaria e Completa Eduardo Mondlane da localidade, aguardando pela distribuição dos terrenos. A atribuição do terreno foi seguida pela atribuição do material para a construção de uma casa precária de 2 quarto e uma sala, incluindo uma latrina precária, e também fui doado alguns objectos domésticos e alimentação para a sobrevivência da família...”

Caso 3. *Idem (SI)* -

Trata-se de um individuo do sexo feminino, de 35 anos de idade. Vive em união de facto com o marido, frequenta a Igreja Rama Zione Apostólica de Moçambique e o seu agregado familiar é composto por 6 membros. “... Antes das inundações do ano 2000 Vivia no Bairro de Inhagoia ``A``, não tinha casa própria, vivia em casa de meus sogros, dos bens que tinha em

casa nada consegui recuperar, se não a roupa que trazia no corpo. Confiro muita gratidão ao Governo pelo projecto de reassentamento e ajuda pela alimentação prestada devido as cheias do ano de 2000. O reassentamento sucedeu o processo de acolhimento das famílias afectadas pelas cheias, na Escola Primaria e Completa de Inhagoia ``A``, depois para o Centro 25 de Junho, e posteriormente fomos conduzidos para o bairro de Santa Isabel. Chegados ao bairro de Santa Isabel, fomos acolhidos na Escola Primaria e Completa Eduardo Mondlane, a espera da distribuição do material para a construção da casa. Depois do parcelamento dos terrenos pelos topógrafos, fomos atribuídos os espaços e o material para a construção da casa precária de dois quartos e uma sala, contando com uma latrina para cada família...”

Caso 4. *MFR (M15)* -

Trata-se de um indivíduo do sexo masculino, com 54 anos de idade. – Vive em união de facto com 2 mulheres, a família é composta por 16 membros, dos quais fazem parte 10 filhos, 1 nora, 1 neto, e a sua mãe, é membro da Igreja universal do Reino de Deus. “... Muito antes das inundações no ano 2000, vivia no bairro de Inhagoia ``A``, numa casa própria de 3 quartos e uma sala, tornei-me vítima, porque no processo de deslocação das famílias afectadas pelas cheias para os lugares de acolhimento, me nomearam como chefe das famílias afectadas, para a distribuição dos alimentos e outros bens que eram disponibilizados. De acordo com o plano do Governo, de reassentar as famílias em marracuene, foi motivo de muita alegria para mim, tendo sido deslocado do centro 25 de Junho para Mumemo no dia 15 de Agosto de 2000. O processo de reassentamento contou com o ordenamento dos terrenos, a devida distribuição dos espaços e a distribuição do material para a construção da casa e uma latrina precária. Pois, aqui no bairro 15 de Outubro estou bem instalado, não há problemas de enchente...”

Os casos a cima relatados resultam do uso do método histórias de vida, realizado por meio de visitas frequentes, onde o historial de cada indivíduo permite identificar a situação de vulnerabilidade económica e familiar que acompanhou o quotidiano das famílias reassentadas em Marracuene, a necessidade de mudança desde as antigas residências para os lugares mais seguros localizados no Distrito de Marracuene.

4.2. Percepções sobre avaliação e apropriação dos espaços habitacionais de reassentamento

Nesta secção analisamos as percepções que os entrevistados têm sobre o processo de ocupação dos espaços habitacionais atribuídos pelas entidades do Governo e Privada, no âmbito da ajuda humanitária destinada às famílias afectadas pelas cheias. Os analisados dados foram obtidos a partir de histórias de vida.

Para essa análise, partimos do princípio que, a avaliação e apropriação dos espaços habitacionais dependem da percepção que os indivíduos têm sobre os atributos do meio ambiente, características da habitação, a limpeza, a segurança e a forma como os moradores estão organizados, etc. (Guerra, 1997). Isto é, os indivíduos alojados num determinado espaço criam significados que tornam possível a organização social e a sua afirmação.

A pesquisa constatou que as percepções sobre o processo de avaliação dos espaços habitacionais variam de acordo com a composição dos agregados familiares e a capacidade económica de cada família, como podemos ver nos depoimentos que se seguem:

``(...) Os novos espaços são bons para habitar, mas com o crescimento da família tornou-se pequeno, o lar já não é suficiente para albergar um dos meus filhos que já têm a sua esposa. Por isso, está a construir a sua casinha ao lado da casa principal...``

MFR (M15), Masculino, 67 anos.

*``(...) O novo espaço é bom, porque o tamanho de 15*30 é grande, posso fazer muita coisa que eu quiser, incluindo a capoeira para a criação de animais, a garagem e outros anexos que oportunamente precisar ...``*

Idem (SI), Masculino, 56 anos.

``(...) Os novos espaços são bons para habitar, terrenos bem grandes, as ruas do bairro são largas e com boas dimensões que permitem a passagem de viaturas sem problemas, há poucos casos de roubos, contrariamente ao bairro de Chamanculo onde vivia-mos...

Idem (M4), Feminino, 48 anos.

O número de membros que compõe o agregado familiar influencia no processo da avaliação dos espaços habitacionais, o nível das estruturas e das relações familiares. Quando os filhos crescem e se casam ainda em casa dos pais, estes atribuem aos filhos um espaço para construir uma casa no canto do quintal.

O modo como as casas estão organizadas em alguns espaços de habitações das famílias reassentadas em Marracuene, assemelha-se à abordagem apresentada por Costa (2011). Segundo esta autora que tem como base a pesquisa sobre as famílias de Maputo, “a maior parte das casas extras são construídas de caniço, e geralmente dentro de cada talhão, há várias construções independentes com funções específicas que partilhavam o espaço com diferentes tipos de árvores e pequenas hortas” (Costa, 2011: 15).

O factor económico desempenha um papel preponderante no processo de construção das percepções sobre avaliação e apropriação dos espaços habitacionais.

O factor económico está relacionado com o facto dos filhos apesar de estarem crescidos e casados e em algumas vezes com mais de uma mulher, não procuram novos espaços para construir os seus lares. Eles permanecem em casa dos pais para sustentar não apenas os seus pais mas também os seus irmãos mais novos. Isto acontece quando os pais não exercem nenhuma actividade económica formal para o sustento da família constituindo assim, uma rede de reciprocidade baseado na cultura.

Por outro lado, consideramos importante ressaltar que os novos espaços não são vistos apenas com uma e única função de habitação, segundo um dos entrevistados (SI, 56 anos) faz a descrição. Este espaço carrega consigo outras funções, tais como a de criação de pequenas espécies de animais, prática de actividade agrícola de subsistência e outras.

Se a apropriação dos espaços surgem a partir da forma como os indivíduos usufruem dos espaços na construção de suas habitações, tomando em conta a criação de relações com a

vizinhança (Castro, 1995), nos próximos depoimentos iremos compreender a forma como as famílias fazem o uso de seus espaços de habitação e os princípios que orientam a sua acção.

``(...) Ocupamos os espaços de acordo com as dimensões marcadas pelos topógrafos, de modo que quando a família quiser construir ou aumentar a casa, temos que nos dirigir ao centro social de Momemo, que se encontra no lar das «irmãs da igreja católica», que por sua vez enviam uma equipe de pessoas para vir medir de novo, para se evitar que as famílias se roubem espaço entre vizinhos, e como forma de evitar barulho entre vizinhos...``

MFR (M4), Feminino, 48 anos.

``(...) Quando for para ampliar a casa, não podemos destruir a parte frontal da casa que foi doada pelas irmãs, podemos ampliar a largura, mas não o comprimento. Como não podemos mexer a parte da casa que nos foi doada, somos livre de identificar qualquer espaço dentro do quintal para construir uma outra casa com qualquer modelo arquitectónico da nossa escolha...``

MFR (M4) Masculino, 50 anos.

Conforme as entrevistas apresentadas, as percepções relacionadas com a apropriação dos espaços pelos entrevistados residentes em Mumemo 4 de Outubro, tomam em consideração os princípios colocados pela entidade (irmãs da Igreja Católica) responsável pelo reassentamento. Pois o comportamento ou as opiniões individuais dependem das estruturas nas quais se inserem, cuja unidade de análise é o conjunto de relações que os indivíduos estabelecem através das interacções uns com os outros (Fontes, 2010).

As percepções sobre apropriação dos espaços habitacionais consiste na construção mental e na capacidade dos indivíduos reconhecerem um determinado espaço que se inserem como seus, tornando-se autónomos na continuidade de suas relações. Deste modo, verifica-se que no bairro de Mumemo 4 de Outubro, os nossos entrevistados assumem os espaços onde ocupam como seus, procurando projectar um desenho arquitectónico próprio, na ampliação de suas habitações de acordo com os seus rendimentos económicos a medida que evoluem. Esta

concepção é corroborada por Castro (1995), na sua pesquisa sobre os ciganos realojados na região de Malagueira em Portugal.

Apesar de existir algumas diferenças no modo como as famílias foram reassentadas em Marracuene, na ampliação das suas casas os reassentados devem observar regras comuns (conforme o depoimento do último entrevistado de M4, 50 anos).

Foi possível constatar que as percepções que os indivíduos reassentados em Marracuene têm na avaliação e apropriação dos espaços habitacionais, não convergem com a abordagem trazida por Guerra (1997), no que diz respeito às categorias que as organizações ou instituições de reassentamento tomam em consideração.

A pesquisa feita pelo autor (*ibidem*) afirma que o processo de reassentamento toma em consideração os seguintes elementos: o comportamento e os hábitos dos beneficiários; a disposição das infra-estruturas que garantem o emprego dos mesmos e a composição das famílias. Nesta pesquisa, os nossos entrevistados reassentados no distrito de Marracuene tomam em consideração a implantação das infra-estruturas para a educação de seus filhos, de saúde e com o evoluir de suas economias ampliam suas casas.

A teoria Etnometodológica, que serviu de base para a interpretação dos dados recolhidos revelou-se importante, uma vez que os reassentados procuram corresponder os princípios estabelecidos pelas instituições responsáveis pelo reassentamento. Quando existe uma discrepância entre as regras estabelecidas e as preferências dos reassentados, estes por sua vez optam pela criação de um modelo típico, provável e comparável ao esperado pelas instituições.

Entretanto, quando o reassentamento não toma em consideração os modos de vida do grupo alvo, a categoria profissional e a composição da família, pode haver rupturas com os modos de vida e com a forma de apropriação dos espaços habitacionais, conforme as regras estabelecidas pelas instituições de ajuda às famílias reassentadas. Segundo afirma Garfinkel (1991), a Etnometodologia postula como método segundo a qual, os actores sociais não são

simples agentes passivos comandados por forças sociais que se lhes impõem e que lhes retiram qualquer vontade de iniciativa e de criatividade, pois os actores possuem capacidades interpretativas que utilizam para fazer sentido o mundo para o qual contribuem activamente.

4.3. Percepções sobre o reassentamento

Nesta secção identificamos e analisamos as percepções que os entrevistados têm sobre o reassentamento.

Os entrevistados têm uma percepção comum do processo de reassentamento como um acto de caridade, como podemos verificar nos depoimentos que se seguem:

``(...) O reassentamento é uma estratégia que o governo adoptou como salvação para nós, gostando como não uma coisa dada não se escolhe. Cada família vai adaptar-se às condições de vida ao andar do tempo...``

MFR (M15), Feminino, 54 anos.

``(...) O reassentamento é uma medida que o Governo tomou face à situação miserável e triste que vivenciamos na nossa antiga residência, quando fomos afectados pelas inundações, visto que não tínhamos onde ir...``

Idem (SI), Feminino, 35 anos.

``(...) O reassentamento é um gesto que as irmãs da igreja católica fizeram para a reposição do espaço de habitação que perdemos por causa das cheias que devastaram nossas casas e bens no Chamanculo...``

Idem (M4), Masculino, 50 anos.

Segundo Conselho Coordenador de Gestão das Calamidades (CCGC), o reassentamento é uma estratégia criada pelo Governo no âmbito do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), para assegurar a criação de melhores condições de vida nos centros de reassentamento em termos de habitação, infra-estruturas básicas de educação, saúde, água,

saneamento e oportunidade de geração de rendas para as pessoas transferidas das zonas de risco e de vulnerabilidade às cheias (Chambote e Veja, 2008).

O reassentamento surge na base de criação de políticas públicas que planificam os mecanismos de gestão e mitigação de calamidades naturais, que têm vindo a afectar as populações nas últimas décadas (Ibidem). Nesta ordem de ideia, o projecto de reassentamento é efectuado pelos organismos do Governo de Moçambique e pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) ou Privadas, no âmbito de redução da vulnerabilidade da pobreza absoluta das populações afectadas pelas enxurradas.

A forma como um grupo aparece para dar resposta a um determinado problema que afecta uma dada sociedade ou comunidade, é influenciada pelo modo com que esse grupo estrutura as suas percepções sociais. Isto é, os entrevistados nos bairros de reassentamento estruturam suas percepções com base no reconhecimento do favor operado não só pelas entidades do Governo de Moçambique (GdM) como também das irmãs da Igreja Católica, que consistiu na concessão de casas para habitação das famílias afectadas pelas cheias.

Por conseguinte, as ideias construídas em torno de um dado fenómeno funda-se na cultura de uma determinada sociedade, podendo ser influenciadas por parâmetros religiosos, ideológicos, políticos ou filosóficos socialmente operantes (Costa, 2006).

Os depoimentos obtidos durante o trabalho de campo nos bairros de reassentamento indicam a manifestação de gratidão ao Governo e às irmãs da igreja católica, pelo papel preponderante por elas exercido no processo de ajuda às famílias carenciadas, no estado de perda de seus bens nas suas antigas residências, devido a uma situação de emergência a que estiveram envolvidas.

Os entrevistados percebem que o reassentamento de que se beneficiaram constitui um favor inesperado feito pelas organizações envolvidas, no acto de mitigação de calamidades em que eles estiveram envolvidos. Pois, demonstraram uma maior satisfação pela ajuda prestada, por ter sido atribuídos novos espaços de habitação, para dar continuidade de suas vidas por diante.

Os entrevistados e reassentados nos três bairros do distrito de Marracuene estão satisfeitos com o reassentamento no âmbito das cheias de 2000, o que contrasta com os reassentamentos anteriores como o Casal (aldeias comunais) e Chambote (Mutarara) demonstraram nas suas pesquisas.

Para demonstrar a diferença das percepções que os entrevistados têm sobre o reassentamento de 2000 nos três bairros do distrito de Marracuene e os reassentamentos anteriores, apresentamos abaixo as bases dessa constatação conforme as pesquisas feitas por cada autor.

Para Casal (1995), os residentes das aldeias comunais estão insatisfeitos com o plano de reassentamento, visto que tradicionalmente possuíam uma boa porção de terra que lhes permitia com que os espaços agrícolas, espaços de criação de animais, e outros anexos ficassem isolados em lugares bem distante das suas residências, e eles tinham o hábito de fazer o fecalismo a céu aberto nas matas, o que não acontece nos bairros de reassentamento. O projecto de reassentamento do modelo urbano implementado pelo Governo de Moçambique restringia os espaços domésticos para as famílias numa dimensão bem reduzida de 30*40 metros, medida que era superada duas a cinco vezes do espaço doméstico tradicional.

As vítimas das cheias reassentadas em Mutarara mostraram-se insatisfeitas com o plano de reassentamento, apontando as seguintes razões, os processos ciclicamente incompletos de reassentamento pós-cheias e insensíveis ao contexto local tais como: a fraca fonte de subsistência, falta de alternativas de renda, escassez de infra-estruturas básicas nos locais de reassentamento, fragilidade de manuseamento de saúde pública, fraco acesso a água potável, suspeitas sobre interesses comerciais das terras férteis, entre outros (Chambote e Veja, 2008: 09).

O modo que os nossos entrevistados demonstraram a sua gratidão pela restituição das habitações baseou-se na comparação que fizeram das condições ambientais e ecológicas que os novos espaços de reassentamentos possuem em relação aos antigos espaços afectados pelas cheias.

Marques (2013), na sua obra intitulada “*Bairro 4 de Outubro Mumemo: Da tragédia à esperança*” aborda o historial do processo de reassentamento neste bairro, e afirma que algumas famílias que não tinham onde reclinar a cabeça devido a água da chuva que inundou suas casas, quiseram sair de imediato para o terreno que havíamos sido atribuídos antes de arrancar com o projecto de construção das casas para elas. Portanto, as cheias do ano 2000 permitiram que as famílias não olhassem as vantagens que tinham nas suas antigas residências na cidade de Maputo, muito menos as redes sociais ou de vizinhanças já enraizadas nos bairros afectados, mas sim um olhar diferente que pudesse dar novos horizontes em novos espaços que oferecem melhores condições de habitabilidade.

Os dados obtidos durante o trabalho de campo revelam que os nossos entrevistados não têm preconceitos nem em relação ao reassentamento nem em relação aos espaços por eles ocupados. Pois, eles consideram que podem reconstruir as suas vidas através de esforços no trabalho.

No entanto, a capacidade que os mesmos têm de reconstruírem novamente as suas vidas, constitui um aspecto que consubstancia o postulado da Etnometodologia. Segundo Ferreira (1995), a realidade é construída socialmente na base da análise das práticas quotidianas de acordo com as formas como os membros dos grupos interpretam, compreendem e constituem a ordem social na qual os actores sociais são protagonistas activos.

Os próximos depoimentos reflectem as vantagens que os novos bairros de reassentamento têm comparativamente aos bairros afectados pelas inundações de onde vieram:

“(...) Este bairro de Mumemo 4 de Outubro difere de Chamanculo, porque aqui os espaços são mais grandes, cada família tem seu quintal, casa de alvenaria e sua própria latrina melhorada; diferentemente de Chamanculo, onde os espaços são muito pequenos, e no mesmo quintal tinha volta de 10 casas que partilhava-mos a mesma latrina...”

MFR (M4), Masculino, 50 anos.

“(...) Na antiga residência em Inhagoia, tínhamos uma casa grande e melhorada do que esta da santa Isabel, mas não era nossa, era dos irmãos do meu marido. Além disso, lá havia

*sempre problemas de enchentes de água no período chuvoso, diferentemente daqui (na Santa Isabel), onde fomos dados o nosso próprio espaço de 15*30 metros e material para a construção de uma casa precária o que acaba superando as condições da antiga residência. Pois, aqui não há problemas de enchentes de água, é uma zona segura...`*

Idem (SI), Feminino, 35 anos.

Como podemos observar nos depoimentos acima, a diferença dos bairros referida pelos entrevistados, levanta uma reflexão sobre a expansão urbana que afectou as zonas suburbanas da cidade de Maputo na década 90, onde a falta da observância do plano do ordenamento urbano os indivíduos foram ocupando os espaços de modo informal, tornando-os como áreas informais.

Segundo o plano de assentamentos Humanos financiado pelas Nações Unidas *“o crescimento não planificado das áreas precárias e Peri-Urbana foi sendo agravado pela ausência de instrumentos de planeamento do uso do solo, sua execução e controlo”* (Micoa & Dinapot, 2006, p8).

O impacto de calamidades naturais nos períodos chuvosos, que afecta a vida da população deve-se a dois factores: em primeiro lugar, a falta do controlo por parte do Governo na ocupação desordenada dos espaços pelas populações e; em segundo lugar, a falta de criação de corredores de água que vai desaguar nas grandes valas ou em lugares desocupados (Ibidem).

Os bairros de reassentamentos em Marracuene, no período da distribuição dos espaços, foram acompanhados pelo plano de ordenamento, demarcando-se os terrenos pelos topógrafos com as mesmas medidas (15*30 metros) para cada família. O parcelamento dos terrenos inicialmente feito constitui um plano primário, pois as famílias ainda não se beneficiam do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) dos espaços por elas ocupados.

Para a aquisição dos títulos, as famílias têm de se dirigir ao Círculo do bairro a fim de obter um formulário que por sua vez irão preenchê-lo e de seguida submeter à administração local. No entanto, o cadastro das terras tem sido muito lento, este facto é corroborado por Jenkins (2010). Este autor afirma que, os ministros parecem mais interessados em agilizar o acesso de investidores privados e terrenos agrícolas, ao em vez de registar os terrenos para as comunidades.

A importância que os entrevistados atribuem aos espaços habitacionais nos bairros de reassentamento apresenta uma espécie de ruptura aos preconceitos formulados por diversos actores no estudo de Augusto (1998), com o título “*Habitação social- da intenção de inserção à ampliação da exclusão social*”, que consideram os bairros de reassentamento como zonas estigmatizadas com fraca capacidade de desenvolvimento.

4.4.As mudanças e actividades nas zonas de reassentamento

Na secção em curso, pretendemos identificar as mudanças e actividades que as famílias reassentadas têm desenvolvido no que diz respeito aos processos dinâmicos que caracterizam os espaços habitacionais e a sua sobrevivência nos bairros de reassentamentos onde realizamos a pesquisa de campo. Estes espaços são influenciados por actividades desenvolvidas no quotidiano dos agregados familiares bem como pelas instituições que se dedicam à implantação de infra-estruturas existentes e que por sua vez contribuem para o desenvolvimento da comunidade local.

Para o efeito, procuramos saber dos entrevistados o papel desempenhado no dia-a-dia por cada membro das famílias, o que contribui para a sobrevivência das mesmas, como ilustram os depoimentos abaixo:

“(...) durante a semana laboral vou trabalhar no centro social das irmãs da Igreja Católica em Mumemo, para o sustento da minha família e realização de outros projectos. A minha esposa vai cultivar numa parcela que aluguei para a sobrevivência da família. Além disso, ela faz “xitique” com grupo de amigas. Quando chega a vez de ela receber, faz compra da loiça, mobília ou outras coisas que faltam em casa, mas que não seja para a alimentação. E as crianças vão à escola...”

MFR (M4), Masculino, 50 anos.

“(...) ao amanhecer, faço meus negócios na minha barraca em casa, e a minha esposa vai a machamba, como forma de juntar os nossos ganhos para a sobrevivência da família...”

Idem (SI), Masculino, 56 anos.

``(...) eu sou reformado dos CFM, agora ao acordar faço meus trabalhos na machamba, que aluguei do nativo de marracuene, assim não compramos verduras, ainda mais vendo outra parte aos que não têm machamba. No mês de Agosto vou a machamba dele (do nativo) para ajudar a limpar, Como forma de pagamento do aluguel...``

Idem (M15), Masculino, 67 anos.

Nos depoimentos acima apresentados constatamos a existência de casos relacionados com a divisão de trabalho, sobretudo os papéis desempenhados pelos membros de algumas famílias. A divisão de trabalho aqui referida ilustra diferentes tipos de actividades praticadas por homens e mulheres. Isto é, alguns homens recorrem a actividades no sector de serviços ou comerciais enquanto algumas mulheres recorrem a actividades agrícolas. Pois, a partilha de diferentes actividades remuneradas e não remuneradas contribui muito para suprir as necessidades básicas da família.

O modo que os nossos entrevistados organizam as suas actividades não se baseia num conjunto de valores e normas estabelecidas no seio do grupo conforme abordam os funcionalistas. À luz da perspectiva Etnometodológica, o conjunto de papéis exercido pelos nossos entrevistados nos lares pode-se explicar como processos e modos pelos quais os saberes práticos são usados para raciocinar, tomar decisões quer em momentos extraordinários, quer sobretudo em situações corriqueiras da vida quotidiana (Garfinkel, 1991).

As diferentes actividades que os entrevistados exercem para a prestação de suas responsabilidades e criação do bem-estar familiar é corroborada por Costa (2007), quando afirma que a família é uma construção circular em que as relações existentes entre seus membros permitem o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência e reprodução social que ao accioná-las mantêm, desenvolvem e criam relações familiares que a constituem como o seu fundamento.

Os dados das entrevistas indicam ainda que, a contribuição dos rendimentos na família resulta das actividades que cada membro exerce no seu dia-a-dia e não se restringem apenas para a

subsistência de seus agregados, mas tem como objectivo a realização de outros projectos tais como, a construção da casa melhorada e a criação de negócios para o benefício da família, conforme ilustram os depoimentos que se seguem:

“(...) nos últimos dias, tenho notado grandes mudanças. Algumas famílias reassentadas transformaram as casas precárias oferecidas pelo governo em melhoradas, através do rendimento das actividades que fazem no seu dia-a-dia.

S.B (SI), Feminino, 32 anos.

“(...) criadas as condições básicas para a sobrevivência da família, o meu esposo me ajudou a recomeçar o negocio, construiu uma barraca em casa e deu-me um valor para a compra dos produtos a comercializar. Com o rendimento do negócio que faço, ajudei o meu esposo a ampliar a casa que nos foi doada pelas irmãs, agora ela conta com quatro quartos e uma sala comum... ”

MFR (M4), Feminino, 48 anos.

“(...) após a morte do meu marido em 2003, passei a compartilhar as despesas de casa com os meus filhos que fazem «biscates», e eu negócio na barraca que estás a ver ali. Como podes ver, com os nossos rendimentos conseguimos construir uma casa de bloco com mais quartos, para não dependermos apenas daquela de caniço que nos foi doada pelo governo... ”

MFR (M15), Feminino, 54 anos.

No que diz respeito aos dados acima apresentados, notamos a existência de uma rede de relacionamentos que envolve um conjunto de esforços que as famílias desenvolvem como estratégias para manter o bem-estar familiar. O bem-estar aqui refere-se ao modo como as famílias reassentadas gerem as suas economias.

A análise dos dados que também se baseou na observação directa mostra que os rendimentos gerados das suas actividades diárias são aplicados na construção de casas melhoradas, contribuindo deste modo na mudança da estrutura física das suas habitações.

Contudo, esses dados contrariam o entendimento de Cruz (2003), quando afirma que o universo ao qual a família pertence estabelece permanentes relações, determina os valores estéticos, culturais e mesmo morais que se contempla na concepção de uma nova casa. Se por um lado, consideramos que as relações que os indivíduos estabelecem com os outros à sua volta não determinam os valores estéticos e culturais a contemplar na nova casa, mas sim contribuem na concepção que o indivíduo possa ter sobre uma nova habitação; por outro, os indivíduos quando se inserem num novo espaço não se tornam totalmente passivos dos hábitos e da cultura dos outros, uma vez integrados nesse meio, estes procuram activar o seu estatuto social, cultural ao nível das escolhas que lhes são próprias.

A capacidade que os indivíduos têm de se empenhar na mudança da estrutura física dos espaços habitacionais usando os seus próprios rendimentos remete-nos ao estudo feito por Castro (1995). Este autor fez uma pesquisa no bairro da Malagueira, em Portugal, e constata que os residentes que foram entrevistados naquele bairro desenvolvem um aspecto inovador na realização de projectos para o melhoramento das condições de habitabilidade não só no nível dos materiais, mas também das suas próprias necessidades de conforto e incluindo marcas personalizantes no espaço.

Garfinkel, na demonstração da indiferença de natureza existente entre os métodos que os membros de uma sociedade empregam para se compreenderem e compreenderem o seu mundo social e os métodos que os sociólogos profissionais usam para chegar a um conhecimento com pretensões científicas desse mesmo mundo, faz nos entender que as actividades desenvolvidas pelos nossos entrevistados e a gestão de seus rendimentos possibilita a satisfação de diferentes necessidades e baseia-se no uso racional de métodos que permitem aos actores solucionarem vários problemas que vivenciam no seu dia-a-dia.

Nos bairros onde decorreu a nossa pesquisa, notamos a existência de diferença nas habitações das famílias reassentadas.

Grande parte das famílias reassentadas pelo Governo já substituíram as casas construídas com o material precário conforme foram atribuídas pelo Governo, para as melhoradas. E as famílias que foram reassentadas pelas irmãs da igreja católica, boa parte delas já ampliaram as suas casas de alvenaria.

Os dados mostram a forma como as comunidades locais apelam ao governo para providenciar a construção das infra-estruturas nos bairros onde as famílias foram reassentadas pelo Governo, tais como: escolas, hospitais, estradas, Posto policial com vista a responder as necessidades básicas das populações, conforme ilustram os depoimentos a seguir:

``(...) nas reuniões que temos realizado com os residentes do bairro, as famílias têm apresentado as seguintes queixas: a falta de escolas secundárias para seus filhos, quando transitam do nível primário completo para os níveis subsequentes; a construção do posto policial, a construção do posto de saúde, a construção da estrada que dá acesso à estrada nacional N°1, etc., ...``

MFR (M15), Feminino, 54 anos.

``(...) a escola que temos no bairro tem poucas salas, lecciona apenas até sétima classe, e com a ajuda dos agentes económicos foram acrescentadas mais 2 (duas) salas. E as famílias apelam ao governo para que sejam implementados os serviços de maternidade no hospital local...``

S.B (SI), Feminino, 32 anos.

Os depoimentos a cima apresentados foram obtidos nos bairros onde as famílias foram reassentadas pelo governo. Elas organizam as suas preocupações fazendo-as chegar às estruturas do bairro, para que estes por sua vez canalizem ao governo.

A necessidade de implantação das infra-estruturas nos bairros de reassentamento comunga com os dois pressupostos avançados por Guerra (1997), na medida em que há uma relação na incrementação das infra-estruturas num determinado meio com os indivíduos; e o tempo desempenha um factor de capital importância em que um grupo ocupa um determinado espaço geográfico. Isto é, a implantação das infra-estruturas que os indivíduos reassentados em Marracuene precisam constitui um processo dinâmico que só pode ser alcançado com o tempo.

Segundo afirma Chambote e Veja (2008), é papel do Estado criar condições básicas para o bem-estar das populações. A execução desse papel parafraseando a afirmação de Garfinkel, encontra-se condicionada pelos determinismos sociais (Ferreira, 1995). Isto é, uma vez que o

conjunto de indivíduos responsáveis pela gestão do fundo do estado são seres sociais, eles podem manipular sem o consentimento, tal como podem ser manipulados por forças que os superam.

Nos bairros onde as famílias foram reassentadas pelo governo, conforme os depoimentos dos nossos entrevistados, a ausência das instituições para atender as necessidades básicas das comunidades faz com que quando os residentes precisarem dos serviços prestados por essas instituições percorram longas distâncias para os bairros circunvizinhos, diferentemente do que acontece no bairro onde as famílias foram reassentadas pelas irmãs da igreja católica, como ilustra o depoimento que se segue:

“(...) no bairro, agora temos quase tudo comparativamente ao tempo da nossa chegada, pois não há tantas razões de queixa. Temos escolas para todos os níveis, de primária a secundária geral e escola de formação profissional, hospital, água, posto policial, e transportes. Do momento temos falta de estrada que dá acesso à estrada nacional nº 1, e posto de venda de CREDELEC...”

MFR (M4), Feminino, 48 anos.

O depoimento acima apresentado corresponde ao bairro onde as famílias foram reassentadas pelas irmãs da igreja católica, no que diz respeito as instituições criadas para a satisfação das necessidades básicas das comunidades locais.

A nossa entrevistada demonstra uma satisfação pelas instituições existentes no bairro, uma vez que respondem as necessidades básicas que os residentes precisam no seu dia-a-dia. Desse modo, as instituições existentes nesse bairro superam as existentes nos bairros onde as famílias foram reassentadas pelo governo.

4.5. As relações interfamiliares e de integração adoptadas nas zonas de reassentamento

A presente secção visa identificar as relações que as famílias estabelecem entre si nos bairros de reassentamento para a sua integração. Para o efeito, analisamos o modo como os indivíduos accionam as relações com a vizinhança, bem como perceber as formas pelas quais são

transmitidas as normas e valores culturais como um conjunto de redes de conhecimento que as famílias foram sujeitas na sua chegada no bairro.

As relações de integração verificam-se em fenómenos relacionados com as migrações, onde cada grupo que imigra para um determinado contexto espacial procura se integrar em redes de conhecimentos e de amizades já constituídas. Segundo afirma Rocha-Trindade (1995), ao nível do fenómeno migratório verifica-se que, à medida que se prolonga a permanência dos imigrantes no local de chegada, se desenham tendências de substituição de certos traços das respectivas culturas de origem (modos de vida e sistemas de valores) por padrões de referência do grupo dominante. E uma vez integrado procura perpetuar essas relações e se possível alargá-las a outros grupos e pessoas.

A transmissão de regras e valores nos bairros de reassentamento é feita por meio de aconselhamentos nas reuniões, cujo aparece como uma forma de estabelecer um padrão de convivência, que as famílias devem assimilar para permitir uma coesão entre os moradores, conforme ilustram os depoimentos que se seguem:

``(...) no primeiro dia do reassentamento, convocamos uma reunião com todas as famílias vindas do Chamanculo. Porque queríamos aconselhar algumas pessoas a não perpetuar actos de violência e de roubos. E todo aquele que tem esta conduta deve abandoná-la e adaptar-se ao nosso ambiente aqui no Mumemo. Aconselhamos também às famílias a comparecerem nas reuniões a se realizar no bairro, participar nas infelicidades que houver nas casas vizinhas, e ter respeito para com outras pessoas...``

A.S.B (M4), Masculino, 51 anos.

``(...) Constituíram normas ou regras para as famílias reassentadas no bairro: o não abandono dos espaços atribuídos pelo governo; a não venda dos terrenos atribuídos, porque o espaço atribuído não pode ser habitado por pessoas que não tenham sido afectadas pelas cheias; repudiamos todos os actos de roubos ...``

S.B (M15), Masculino, 54 anos.

``(...) quando houver infelicidades no bairro não somos permitido ir a machamba cultivar, só depois de se sepultar o defunto é que podemos retomar a machamba; quando a trovoada soar e não chover não vamos cultivar, porque quando isto acontece e a pessoa ir a machamba cultivar, significa que a pessoa está a impedir a chuva cair; quando soar a trovoada depois chover, assim somos livre de ir a machamba cultivar sem problema, porque choveu...``

MFR (SI), Feminino, 35 anos.

Os dados supracitados, remete-nos a existência de hábitos, regras e costumes partilhados pelos moradores dos bairros de reassentamento. Essas regras e costumes são entendidos como algumas práticas que têm um significado próprio, uma vez que se estabelece a relação de subordinação entre infelicidade, cultivar, trovejar e chover. Por exemplo, quando houver falecimento de um membro de uma família não se pode cultivar, e ao trovejar sem chover também não se pode cultivar.

O predomínio de valores culturais em determinados agrupamentos sociais, constitui uma forma de estruturação da sociedade, para o funcionamento da mesma e harmonização dos comportamentos individuais. A noção da presença dos valores culturais nos bairros a ser partilhados pelos reassentados é corroborada por Castro (1995), quando afirma que esses valores vão operar mudanças permitindo desse modo a emergência de dois conceitos relacionados à dupla cultura, designadamente: exclusão e inclusão social.

O processo de integração social dos entrevistados por meio de transmissão de regras, valores e costumes é comungado pela Etnometodologia usando o conceito de socialização, para dizer que representa uma expressão social dupla em que a produção e a recepção possuem igual peso e significado. Segundo afirma Garfinkel (1991), o duplo processo social da socialização é variável e não pode ser entendido como uma mera expressão de cristalização normativas herdadas do passado, mas deve ser interpretada como uma produção de actores sociais que a eles se impõe.

No que tange as relações de vizinhança, os indivíduos estabelecem relações de solidariedade, concernente a uma situação de necessidade tanto de infelicidade quanto de doença, conforme ilustram os depoimentos abaixo:

“ (...) quando houver infelicidades no bairro, cada vizinho contribui com qualquer coisa que tiver para ajudar a família enlutada...”

MFR (M4), feminino, 48 anos.

“ (...) em caso de alguma família estiver numa situação de aflição, sobretudo no que diz respeito as infelicidades ou doenças, temos feito contribuições no bairro para ajudar o vizinho...”

MFR (S.I) Masculino, 56 anos.

Os dados acima apresentados mostram que há unanimidade, no que diz respeito às estratégias de entreatajuda que as famílias reassentadas desenvolvem entre a vizinhança para garantir a coesão social. Os problemas que afectam um indivíduo carenciado na família passam a ser um motivo de preocupação para os demais moradores no bairro.

Capítulo IV

5. Considerações Finais

O presente trabalho teve como objecto as experiências quotidianas vivenciadas pelas famílias nos bairros de reassentamento.

Partimos da hipótese, segundo a qual confirmamos que, os indivíduos reassentados podem ou não se apropriarem dos novos espaços habitacionais, conjugando seus ganhos económicos na família, que lhes vão possibilitar a sua permanência ou regresso às suas antigas residências. Pois, os dados obtidos no trabalho de campo demonstram que, por um lado uma parte dos chefes de família procuraram emprego no bairro após o reassentamento, por outro alugaram machambas para cultivar e por fim, fizeram estabelecimento de negócios como forma de buscar recursos para o sustento da família.

A análise dos dados indica a existência de formas complexas na percepção sobre a avaliação e apropriação dos espaços habitacionais pelas famílias reassentadas. Por um lado, notamos que no interior do quintal das famílias alargadas há diferentes construções de casas, enquanto nas famílias nucleares encontramos a construção de uma única casa e os membros partilham os quartos. Por outro, os chefes de famílias tomam em consideração a implantação de infra-estruturas de educação para seus filhos, de saúde e com o evoluir de suas economias vão ampliação suas casas; de ordem económica – nesta, embora tenham esposas, os filhos sentem-se obrigados a permanecer em casa dos pais para sustentá-los uma vez que são desempregados. Notamos ainda a existência de factor de carácter ecológico que permite aos reassentados a permanecer nestes bairros, pois os solos têm a capacidade de absorver a água da chuva.

Importa também, ressaltar que apesar das diferentes percepções que os indivíduos têm sobre a avaliação dos espaços habitacionais, não constatamos casos de indivíduos entrevistados que tenham demonstrado desejo de retornar às suas antigas residências, embora no período de chegada não havia condições suficientes para satisfazer as necessidades básicas dos

reassentados, em relação as infra-estruturas de educação, de saúde, de segurança (PRM), e outras.

No período de chegada nesses bairros, os chefes de famílias enfrentavam dificuldades para inserir seus filhos nas classes do ensino secundário e percorriam longas distâncias para o serviço devido a falta de transporte.

6. Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira de. *Integração social e exclusão social: algumas questões*. Análise Social, Lisboa, Vol. XXVIII (123-124), P. 829-834, 1993.

AUGUSTO, Nuno Miguel. *Habitação social- da intenção de inserção à ampliação da exclusão*. In: IV congresso português de sociologia, 1998, Lisboa, Tese de Mestrado, Universidade de Évora, p. 1-18.

BERGER, Peter L. Luckmann, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Editora Vozes, 23ª edição, Petrópolis, 248p.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil*. Análise social, São Paulo, Vol. XXIX (127), nº 3, p. 711-732, 1994.

Boletim DIPECHO Moçambique. Capacitação de comités locais de gestão de risco. Quelimane, nº 1, p. 1-11. Junho 2009.

BRYN, Robert. *Sociologia: Sua bússola para um novo mundo*. Editora: Thomson Learning, 1ª edição, São Paulo, 2006, 584p.

CASAL, Adolfo Yanez. *Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comuns de Moçambique*. Lisboa, 1996, 234 p.

CASTRO, Alexandre. *Ciganos e habitat: entre a itinerância e a fixação*. Sociologia-problemas e práticas, Lisboa, nº 17, p. 97-111, 1995.

CHAMBOTE, Raul M. VEJA, Boaventura S. *Reassentamento pela metade no vale do Zambeze: O caso de Mutara*. Um estudo Independente sobre a Abordagem de Reassentamento pós-Cheias em Moçambique à luz da ERR, Quelimane, p. 1-88, Maio 2008.

COULON, Alain. *Etnometodologia e Educação: Ciências sociais da educação*. Editora Vozes, Brasil, 1995, 205 p.

COSTA, Ana Bernard da. *Famílias de Maputo: Processos de mobilidade e transformações urbanas*. Revista Internacional em Língua portuguesa-RILP 3ª Série, nº23, pp. 177-192, ISBN: 1518-8434, Lisboa, 2010.

_____. *O preço da sombra: Sobrevivência e reprodução social entre famílias de Maputo*. Lisboa, 2007, 184p.

- COSTA, Suzana. *Desenvolvimento Sustentável e Ambiente: Especiessismo- Percepções sociais portuguesas e guineenses sobre os outros*. In: VI Congresso português de Sociologia, n° 43, 25 a 28 Junho 2008, Lisboa, p. 1-14.
- CRUZ, Marta. *Construir uma casa: Elementos exploratórios para a compreensão dos conteúdos, do contexto e do processo de concepção arquitectónica da habitação unifamiliar*. Lisboa, p. 231-250, 2003.
- CTGC. *Estratégia para a redução da vulnerabilidade e o Desenvolvimento Sustentável nas Zonas propensas às Cheias em Moçambique*. Maputo, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, p. 1-13, Fevereiro 2009.
- DIAS, Maria Olívia. *Gestão e desenvolvimento: A família numa sociedade em mudança problemas e influências recíproca*, sl, n. 9, p. 81-99, 2000.
- DINAPOT & MICOA. *Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção*. Maputo, p. 1-6, 2006.
- DOMINGUEZ, Juliana Arantes. BAENINGER, Rosana. *Programa de Reassentamento de Refugiados no Brasil*. São Paulo, p. 1-14, Sd.
- FERREIRA, J. M. *Carvalho et al. Sociologia*. Lisboa, McGRAW-HILL, 1995
- FFH. Nyumba: Habitação Social em Moçambique. O problema da Habitação em Moçambique, Maputo, n° 1, edição Marimbique, p. 1-24, 2008.
- FONTES, Ivo Emanuel Meira Tito. *Imigração e Integração Social: A integração social de imigrantes no distrito de Santarém*. 2010, 119 f (folhas). Dissertação (Mestrado e Sociologia), Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*, Editora Wiley, US, 1991, 304 p.
- GIL, António Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Editora Atlas, 5ª Edição, São Paulo, 1999.
- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Editora record, 8ª Edição, Rio de Janeiro, 2004.
- GUERRA, Isabel. *Um olhar sociológico sobre o alojamento*. Lisboa, n° 24, p. 165-181, 1997.
- JENKINS, Paul. *HomeSpace Maputo: Relatório de contexto*, Maputo, p. 1-31, 2011.
- JORGE, Sílvia. MELO, Vanessa. *Processos e dinâmicas de (re) produção do espaço (peri) urbano: o caso de Maputo*. In: Segundo congresso internacional de jovens investigadores urbanos (SICYUrb), Lisboa, 11 a 14 Outubro, p. 1-16.

- MAGANO, Olga. *Vivência urbana nas transformações identitárias*. Lisboa, p. 1-13, Sd.
_____. *Percursos de integração social de indivíduos de origem cigana: alguns dados preliminares*. In: VI Congresso Português de Sociologia-Mundos sociais: saberes e práticas, Lisboa, n° 140, 25 a 28 Junho, p. 1-13.
- MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. Editora atlas, 5ª Edição, São Paulo, 2003.
_____. *Metodologia Científica*. Editora atlas, 5ª Edição, São Paulo, 2007.
- MARQUES, Suzana Custodio. *Da tragédia à esperança: Bairro 4 de Outubro Mumemo*, Maputo, Confhic Editora, 2013, 84 p.
- MICOA. *Avaliação das Experiências de Moçambique na Gestão de Desastres Climáticos (1999 a 2005)*. Maputo, n° 1, p. 1-38, Novembro 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza, et al. *Pesquisa social: Teoria, Método e criatividade*. Vozes Editora, 21ª Edição, Rio de Janeiro, 1994.
- MOPH. *Plano de Reassentamento, Relatório final: Estudos Ambientais e Sociais do Sistema de Abastecimento de Água do Grande Maputo*. Maputo, 2013, 293 p.
- PHILLIPS, David. *Habitação sagrada: Um estudo sobre os significados religiosos das habitações*. Revista Antropos, n° 1, Volume 1, p. 23-73, Novembro 2007.
- PIRES, Rui Pena. *Uma Teoria dos Processos de Integração*. Sociologia- Problemas e Práticas, SI, n° 30, p. 9-54, 1999.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Sociologia das Migrações*. Universidade Aberta, Lisboa, 1995.
- RODRIGUES, Cristina Udelsmann. *Recomposição Social e Urbanização em Luanda*. CEA-Centro de Estudos Africanos, Lisboa, 1999.
- SARACENO, Chiara. *Sociologia da família: Discurso sobre a família*. SI, p. 17-23, 2008.
- SELLTIZ, Claire. *Métodos de Pesquisa nas Ciências Sociais*. Editora Herder, 2ª edição, Brasil, 1967, 687p.
- WALL, Karin. *Os grupos domésticos de co-residência*. SI, p. 553-597, 2005.

ANEXOS

Anexo 1

Localização

O Distrito de Marracuene, localiza-se a 30 Km a Norte da Cidade de Maputo, entre a latitude de 25°41'20" Sul e longitude de 32° 40'30" Este. É limitado a Norte pelo Distrito da Manhica, a Sul pela Cidade de Maputo, a Este pelo Oceano Índico e a Oeste pelo Distrito da Moamba e Cidade da Matola.

Tem uma superfície de 697 Km² e uma população de 126.317 habitantes, tendo uma densidade populacional de 181 habitantes/Km², sendo 60.874 homens e 65.443 mulheres, segundo INE, Projeções, Anuais, da População Total das Províncias e Distritos 2007-2040.



Anexo 2

Guião de Entrevista

Apresentação

Esta pesquisa tem por objectivo *compreender as percepções que os indivíduos reassentadas nos três bairros do distrito de Marracuene avaliam e apropriam-se dos espaços habitacionais, de acordo com o significado que cada indivíduo atribui a sua habitação*. Assim, consideramos que a maneira como os indivíduos ocupam e apropriam-se de seus espaços contribui para a criação de novos espaços segregados, criando um ambiente periférico pela projecção arquitectónica de seus espaços habitacionais. Pede-se o favor de fornecer as respostas conforme as perguntas abaixo apresentadas, considerando que em caso de alguma inquietação após esta entrevista, há possibilidade de vir novamente recolher o que estiver em falta. A entrevista será gravada, nenhuma instituição terá acesso dessa gravação, se não apenas para o entrevistador, e a entrevista vai durar no máximo 1 hora. Agradecemos a vossa colaboração.

Identificação do investigador principal

Entrevista N°

Data, / /

Hora: Horas

José Leonardo Fernando Nguenha, Estudante do curso de Sociologia na universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais – Departamento de Sociologia. A presente pesquisa não tem fins lucrativos, mas trata-se de um trabalho de investigação para a conclusão final do curso de Licenciatura.

Perguntas

1. Perfil social

- ❖ Sexo
- ❖ Idade
- ❖ Estado civil
- ❖ Residência
- ❖ Nível Académico
- ❖ Profissão
- ❖ Religião

2. Agregado Familiar

- ❖ Por quantos agregados a família é composta?
- ❖ Quantos filhos?
- ❖ Quantas noras?
- ❖ Quantos netos?
- ❖ Quais outros membros existem na família?

3. Espaço de Habitação

- ❖ Qual é o tipo de habitação que possuía na vossa antiga residência?
- ❖ Que bens tinham?
- ❖ Se sente satisfeito com o espaço atribuído?
- ❖ Que tipo de casa lhe foi construído?
- ❖ Está satisfeito (a) com a casa que lhe foi construída?

4. As formas de apropriação do espaço

- ❖ Como é que as pessoas se apropriam dos espaços?
- ❖ Que dificuldades enfrentam ou enfrentaram na vossa chegada no novo espaço?

5. Situação familiar antes e depois do reassentamento.

- ❖ Onde trabalha ou trabalhava no ano 2000?
- ❖ Qual era o seu rendimento?
- ❖ Quantos membros frequentam ou frequentavam a escola em 2000 e agora?
- ❖ Que classes, e a onde?
- ❖ Alguma vez pensou em voltar para a antiga residência?

6. Padrão na distribuição do espaço

- ❖ Como é que avaliam os espaços habitacionais nos bairros de reassentamentos?
- ❖ Houve algum ritual durante o processo de atribuição dos espaços? Se sim, comenta.
- ❖ Como é que foram distribuídos os espaços?

7. Percepção familiar sobre o reassentamento.

- ❖ Qual é a percepção que a família tem sobre reassentamento?
- ❖ Se sentem satisfeitos por este processo de reassentamento?
- ❖ Até que ponto este novo espaço de reassentamento se difere do antigo?
- ❖ Consideram o reassentamento a melhor medida tomada para as famílias?

8. Actividades comunitárias e Relações de vizinhança.

- ❖ Que actividades as famílias desempenham na comunidade para o desenvolvimento da própria comunidade?
- ❖ Como vai a vossa relação com a vizinhança?
- ❖ Que normas ou valores culturais teve que aprender no momento da vossa chegada no bairro?